

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE  
LINHA 2 – EDUCAÇÃO, TECNOLOGIAS INTELECTUAIS, CURRÍCULO E FORMAÇÃO DO EDUCADOR  
ORIENTADORA: TÂNIA MARIA HETKOWSKI**

**FABIANO CUNHA DOS SANTOS**

**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL: Limites e  
possibilidades para a democratização do ensino superior na  
Bahia.**

Salvador, Bahia 2011.

**FABIANO CUNHA DOS SANTOS**

**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL: Limites e possibilidades para a democratização do ensino superior na Bahia.**

Trabalho referente à defesa de mestrado de Fabiano Cunha dos Santos ingressado em 2009 no PPGEDUC (Programa de Pós graduação em Educação e Contemporaneidade).

Salvador, Bahia 2011.





**Resumo:**

Os pressupostos da Contemporaneidade abrem perspectivas para apontar novas modalidades e formas de se fazer educação, diante desta premissa assinalamos o crescimento da Educação a Distância (EAD) aliado as tecnologias da informação e comunicação (TIC) como potenciais para a expansão e democratização do Ensino Superior no Brasil. Diante desta proposta nasce a Universidade Aberta do Brasil (UAB) como política pública adotada pelo governo federal desde 2006, com a pretensão de expandir o ensino superior público através desta modalidade de ensino. Neste sentido esta dissertação tem como objetivo discutir o processo de democratização do ensino superior no Estado da Bahia através da Universidade Aberta do Brasil (UAB), destacando seu histórico, sua legislação e suas potencialidades, bem como a implantação e situação desta modalidade no território baiano. Para tanto, o referencial adotado está baseado em ARETIO (2002), BELLONI (2003, 2006), BULCÃO (2009), FAVERO (2006), LITTO (2009) entre outros importantes para o aprofundamento da temática em questão. Os pressupostos metodológicos da pesquisa qualitativa indicarão a abordagem de estudo de caso, mais especificamente o caso da UAB no território baiano, uma vez que a Bahia foi considerada pelo MEC como o Estado de maior demanda, no que se refere a qualificação docente para a rede pública de ensino básico. Nossas conclusões demonstram que a experiência da UAB no Estado da Bahia não tem obtido o sucesso esperado pelos governos em relação a democratização do ensino superior, apresentando problemas na sua implementação, na infra-estrutura tecnológica, na gestão administrativa e acadêmica entre outras dificuldades burocráticas e institucionais, identificados nos diferentes pólos estaduais e municipais e apresentados neste trabalho dissertativo.

Palavras-chave: Educação a Distância - Universidade Aberta do Brasil - Democratização do Ensino Superior.

**Abstract:**

This research intends to discuss the process of democratization of the high education in the state of Bahia by the Universidade Aberta do Brasil (UAB). First begins with a theoretic discussion about the social changes all around the world that Technologies of Information and Communication are making. The technological development changed the economics, politics and socials dynamic all around the world. That means that TIC dominates the majority of the social relations actually. In education, technology gave new possibilities of expanding your services in high education. E-learning has expanding a lot all over the world. China, England, and Portugal invest public money on the Open University development. In Brazil E-learning can expand education to distant locations. In 2006 began the Universidade Aberta do Brasil (Open University) to expand the high education; professional qualification to the teachers of the public system; and reduce the quantitative difference of the states in the national territory. The technical possibilities of E-learning can offer high education for the distant cities that need professional qualification. Bahia needs more than others states in Brazil the services of Universidade Aberta do Brasil. The last chapter of this research focus in Bahia and analyses the situation of the State in the expansion of the high education. The conclusion was not quite good. A lot of debilities of infra-structure and institutional problems made late the beginning of a lot of courses.

**Key-Words:** Technologies of information and communication; E-learning; Universidade Aberta do Brasil; Democratization; Bahia.

## SUMÁRIO

<b>Introdução.</b> _____	<b>07</b>
<b>Aspectos metodológicos.</b> _____	<b>10</b>
<b>Tecnologias para educação.</b> _____	<b>13</b>
<b>1. A expansão da educação a distância: suas possibilidades e debilidades.</b> _____	<b>15</b>
<b>A EAD Brasil.</b> _____	<b>32</b>
<b>A legislação da EAD e as conseqüências para a educação brasileira.</b> ____	<b>34</b>
<b>2. UAB: Democratização do ensino superior via setor público.</b> _____	<b>40</b>
<b>3. UAB na Bahia: um estudo de caso.</b> _____	<b>65</b>
<b>Conclusões.</b> _____	<b>78</b>
<b>Referências:</b> _____	<b>83</b>

## **Introdução.**

Diversos autores e pesquisadores ligados à área de educação já demonstraram preocupação com os resultados das políticas públicas implantadas no Brasil durante as últimas décadas, especialmente a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso. Inúmeros trabalhos acadêmicos demonstram as mudanças estruturais no sistema de educação nacional, mais especificamente decorrentes da aprovação da Lei nº. 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e suas conseqüências para a sociedade brasileira. De modo particular a educação superior, no período FHC, percebeu-se o aumento assustador de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas e uma concomitante redução de investimento no setor público de ensino (MINTO, 2006).

O compromisso feito desde a candidatura pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso de realizar reformas no sistema educacional brasileiro fez expandir o setor privado de ensino (VIEIRA, 2000). Os decretos 2.306/1997 e 3.860/01 possibilitaram a proliferação dos chamados Centros Universitários; Faculdades Integradas; Faculdades, Escolas e Institutos em sua esmagadora maioria instituições privadas em sentido estrito (com fins lucrativos) e somente dedicadas ao ensino. Desta forma, o setor privado ampliou o acesso da população brasileira ao ensino superior, respondendo por mais de 70% da oferta de vagas no final de 2002.

Na Bahia, o efeito dessas reformas na estrutura e organização do sistema superior brasileiro é bem destacado por Cunha (2000) quando desenvolve seu estudo sobre as dinâmicas da criação de cursos superiores no Estado na década de 1990. A forte presença do setor privado que cresceu a partir de 1998 e a fraca presença de instituições federais também são ressaltadas.

“Assim, o sistema de educação superior da Bahia segue, nesta década (1990), as tendências em nível nacional e internacional de crescimento do setor privado. Demonstram, também, a significativa ampliação do número de IES não universitárias, voltadas, basicamente, para as atividades de ensino, a partir de 1998, época em que é reformulada a política da educação superior do País.” (CUNHA, 2000 p. 94)



Apesar da expansão e crescimento das possibilidades de ingresso no nível superior de ensino através do aumento de vagas no setor privado, isso não significou, de fato, democratização desse nível de ensino. Os índices de evasão e desistência de alunos no setor privado foram bastante significativos até os últimos anos do governo FHC. As altas mensalidades inacessíveis a grande maioria dos brasileiros que almejavam cursar esse nível de ensino e a qualidade dos cursos oferecidos foram fatores fundamentais para direcionar a preferência pelo setor público de ensino. No final da gestão de Fernando Henrique Cardoso o sistema de educação superior nacional apresentava uma grande quantidade de vagas ociosas (devido ao excessivo aumento da oferta no setor privado) causando, assim, um aumento da concorrência nos vestibulares das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) (PINTO, 2004).

A partir de 2003, o governo Lula teve um desafio de reverter o quadro deixado pelo seu antecessor. Nesta perspectiva, suas políticas públicas de gestão e financiamento da educação superior nacional deveriam gerar condições para a ampliação do setor público, com isso, contribuindo para a democratização do acesso e permanência ao nível superior nas diversas regiões do Brasil.

A partir de 2007, o governo federal lançou o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) que contempla ações voltadas para todos os níveis escolares com diversos objetivos. Diferentemente dos governos anteriores que valorizaram muito mais o setor privado da educação, alguns programas do PDE salientam em investir na democratização do ensino superior via setor público. A Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um peculiar exemplo, pois traz justamente propostas para democratizar o ensino superior de uma forma um tanto quanto promissora: através das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

A Universidade Aberta se regulamentou a partir do decreto presidencial n. 5.800 de junho de 2006. Arquetada para ser um sistema de instituições públicas integradas via rede telemática, a UAB visa, dentre outras finalidades: dar assistência prioritariamente a cursos de formação inicial e continuada de professores da educação básica; o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de metodologias inovadoras de ensino; ampliar e democratizar o acesso à educação superior pública, oferecendo cursos superiores nas diversas áreas do conhecimento; estabelecer amplo sistema educacional de educação à distância nos municípios

através da intensificação do EAD; e a redução das desigualdades das ofertas de ensino superior entre as regiões do país (BRASIL, apud ARAÚJO, 2007).

A Educação a Distância, explicitada no Decreto Presidencial nº 5.622 de dezembro de 2005 é peça fundamental para o programa Universidade Aberta. Com ela, o sistema UAB pretende expandir a universidade pública e, ao mesmo tempo, interiorizar a oferta de cursos nos Municípios que não possuam educação superior. As atividades de ensino acontecem a partir da articulação entre Instituições públicas e os municípios e seus respectivos Pólos de apoio (BRASIL/MEC, 2007).

Assim, através do projeto UAB, o Estado brasileiro acredita avançar o processo de desenvolvimento da educação superior em diversas regiões do país. Em se tratando de um meio bastante interativo, criativo e imerso na dinâmica dos avanços das TIC, esta proposta política de educação à distância, por ter o conceito de ser “aberta”, promete ser um grande meio para democratizar o acesso ao ensino superior, além de elevar o nível de qualificação e profissionalização da população das regiões do país menos desenvolvidas.

Tendo pouca representatividade da esfera federal na oferta de vagas de nível superior (UFBA, UFRB, UNIVASF), o Estado baiano conta mais com os setores privado e estadual de ensino para distribuir o acesso às universidades (FIALHO, 2004). Nesta perspectiva, a proposta UAB chega através de muito entusiasmo para a sociedade brasileira, não só porque, em tese, os custos de sua implantação oneram menos em longo prazo os gastos públicos, mas porque se demonstra como um “ambiente” interessante e desafiador para a democratização do atual sistema de ensino superior brasileiro.

Nesta perspectiva, esta pesquisa destaca o compromisso da União de, através da UAB, “estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta (de vagas de graduação) existentes entre as diferentes regiões do país” (BRASIL, 2001, p. 96).

A problemática envolve a democratização do acesso e da permanência ao nível superior a distância público na Bahia, Estado localizado no Nordeste, uma das regiões com mais problemas sociais e com uma carência muito alta de professores qualificados.

Por conseguinte, a finalidade da pesquisa, então, será focar o andamento do sistema UAB como política pública de Estado levantando os aspectos que envolvem a

democratização do nível superior de ensino, quais sejam: expansão, desenvolvimento e abrangência da UAB nas longínquas e precárias localidades do Estado da Bahia. O intuito disso será comparar a situação do sistema UAB e seus recursos financeiros nas regiões brasileiras com o Estado da Bahia.

### **Aspectos metodológicos**

As políticas públicas a serem analisadas são a própria Lei de Diretrizes e Bases (LDB), o Decreto Federal 5.800 e todas as regulamentações federais subsequentes para a EAD no Brasil. O enfoque de análise destas políticas se direcionará para democratização da educação superior no Estado da Bahia através do programa Universidade Aberta do Brasil. A forma a ser utilizada será um estudo de caso, onde a Bahia se destaca como o Estado com a maior demanda por qualificação profissional da rede pública de ensino segundo o MEC.

Nos termos deste trabalho, o que se objetiva fazer é um estudo analítico desta recente política nacional para a democratização do acesso a educação superior no Estado da Bahia e consequente inclusão sócio-digital das comunidades envolvidas. Para se delimitar um recorte territorial para o trabalho, houve a escolha primeiramente de estudar o território baiano como campo de pesquisa para revelar os impactos materiais e simbólicos do recente fenômeno da educação a distância pública e aberta no Estado.

Inserido no conjunto de políticas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), a Universidade Aberta pretende dar suporte material ao sistema público de ensino superior, na medida em que disponibiliza acesso “aberto” aos cidadãos brasileiros que procuram uma qualificação de nível superior. Tal qualificação profissional se pretende ser tanto inicial como continuada graças ao novo meio adotado: a internet e as subsequentes evoluções tecnológicas da informática e da comunicação.

O ambiente virtual ou propriamente o Ciberespaço (LEVY, 1999) tem se configurado no mundo contemporâneo como base de troca das informações e da consequente politização (leia-se inserção) cívico-social. Na chamada Sociedade da Informação o caráter de cidadania se confere a quem não só tem acesso às informações digitais, mas também consegue estabelecer capacidades de saber usar de forma criativa, construtiva e autônoma estas informações. Para fins desta pesquisa, é escopo também analisar a internet como instrumento

necessário para a construção de uma nova cidadania diante das atuais transformações econômicas dos meios de produção.

Neste sentido, a educação a distância que necessita de uma grande disponibilidade de acesso a rede integrada de computadores (a internet), se configura como requisito básico tanto para a qualificação profissional como para a constituição dos cidadãos contemporâneos (informatizados).

O programa de Universidade Aberta do Brasil se constitui, portanto, como uma política pública de Estado relevante para o desenvolvimento do sistema de ensino público brasileiro. Na medida em que pretende garantir a expansão do ensino superior público via E-Learning. Percebe-se aí uma preocupação com a apropriação dos meios tecnológicos no contexto de globalização do atual capitalismo flexível. A oferta deste serviço pelo setor público e não somente via setor privado de nível superior pode significar não só a possibilidade de acesso e permanência dos estudantes no nível superior, mas também o compromisso nacional e político iniciado para garantir o desenvolvimento social através do uso das novas tecnologias educacionais.

É de primordial importância analisar a chamada Sociedade da Informação ou Sociedade do Conhecimento e a Cultura Digital. Diversos autores tratam das mudanças estruturais no mundo contemporâneo devido às novas reestruturações do processo de produção capitalista e de mercado de trabalho onde o domínio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) torna-se *capital* nos novos tempos. A ideia de que a inclusão social perpassa também pela inclusão digital condiz então com a proposta da UAB na medida em que insere o sistema de ensino público brasileiro às possibilidades da nova ordem mundial.

Sendo assim, a cultura digital simboliza *capital social* político de inserção na Sociedade da Informação e a cibercultura se torna central não apenas na vida das pessoas, de maneira individual, mas também nas diversas instituições, forçando-as a se repensar e se ressignificar ante as mudanças contemporâneas de condição pós-modernas.

Nos próximos capítulos a intenção é situar a UAB como inserida em um projeto maior de Reforma Universitária. Depois de anos de restrições econômicas durante as últimas décadas, o setor público em geral sofreu com a falta de financiamento econômico. Na virada

do milênio e nas duras expectativas da nova crise econômica global que aparece no momento atual, o Estado brasileiro adota políticas de expansão e desenvolvimento das suas instituições, não só no nível federal, mas também com parcerias entre a esfera estadual e municipal. Para isso, acredita-se que a modalidade a distância possa arcar com esta tarefa.

O ponto de partida utilizado neste trabalho admite o fator ideológico que está por traz das políticas de Estado (HABERMAS, 1968). Com isso se diz que os avanços tecnológicos e a própria democratização da EAD seguem uma lógica da estrutura social hegemônica que não está se estabelecendo por territórios físicos ou geográficos, mas sim por afinidades étnicas e laços de identidade simbólicas dispostas no ambiente virtual do ciberespaço.

O programa UAB, assim como a EAD em geral, sugere uma possibilidade ideal de diminuição das desigualdades regionais do sistema superior de ensino no Brasil. Na Bahia, por exemplo, onde historicamente a oferta de vagas de nível superior, em se tratando de Instituições Federais, deixa a desejar, esse programa político e educacional promete uma melhor viabilidade do acesso ao ensino superior para diversos municípios do Estado da Bahia. E o governo atual acredita, com esta política educacional que a porta para esse acesso seja desenvolver as tecnologias telemáticas para o uso educacional.

O uso destas tecnologias pelos “estudantes” do interior do Estado (incluindo os professores da rede básica de ensino) pressupõe antes um conhecimento técnico e uma predisposição criativa dos mesmos (LIMA JUNIOR, 2005). Estas exigências sociais, próprias da sociedade contemporânea, serão mais trabalhadas ao longo desta pesquisa quando se analisará a interpretação de Andre Lemos sobre a Revolução Informacional. Segundo suas afirmativas, existe um novo espírito cívico na contemporaneidade, ou na “Idade Mídia”. Em outras palavras, a cybercultura, ou a cultura digital, interfere na vida das relações sociais mundanas e não apenas virtuais. O discurso que alavanca tal contexto social globalizado é propagandeado ideologicamente por aquilo que se denominou a Sociedade do Conhecimento. Este discurso político, *a priori* globalizante e hegemônico, será almejado por todas as nações no século XXI.

## **Tecnologias para educação**

As tecnologias da informação e comunicação estão alterando a oferta de cursos superiores no Brasil. O setor privado investiu bastante na no governo Fernando Henrique Cardoso devido as facilidades da EAD da época. Com a UAB, a capacidade multiplicadora das ferramentas pedagógicas disponíveis no ambiente virtual pode ajudar objetivos nacionais para ampliação do acesso, permanência e qualificação profissional historicamente requeridos para a educação da sociedade brasileira.

Outras nações como a Inglaterra, Espanha, China, Venezuela implantaram seus modelos de universidade aberta. Atualmente expande-se o acesso social ao mundo digital, mesmo àquelas camadas sociais que não teriam condições econômicas para se inserir aos meios tecnológicos de informação e comunicação. Essa situação é bastante favorável para o próprio desenvolvimento do sistema de computadores em rede mundial, uma vez que cada um inserido no ciberespaço garante, através de ações colaborativas, um domínio criativo, cívico e sustentável a cada necessidade cultural local.

Em quase todo o Mundo, o desenvolvimento do ensino superior se situa em um campo temático bastante relevante nos dias de hoje. Em tempos de globalização as nações têm que elevar a quantidade de profissionais qualificados e de nível superior, assim como, contribuir para o avanço do conhecimento científico e tecnológico para alcançar o desenvolvimento econômico sustentável. O Brasil deve hoje, mais do que nunca, intensificar os investimentos em ensino superior principalmente nos Estados e Municípios carentes ao longo da história brasileira. A Bahia tradicionalmente tem sido menos assistida pelo governo federal em termos de investimento para a educação superior que estados importantes para a economia nacional como São Paulo, Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul. Da mesma forma, a rede privada, estendida na década de 1990, não demonstra possibilidades de resolver o problema da expansão deste nível de ensino, pois, desde o final do governo FHC, já tem demonstrado insuficiências para atender a crescente demanda, conforme já mencionado.

Nesta perspectiva, em função do baixo financiamento da esfera federal na educação superior no Estado da Bahia, faz-se relevante estudar a implantação de novas políticas voltadas para a promoção da igualdade regional previstas no Plano Nacional de Educação (Brasil, 2000), assim como os planos federais de desenvolvimento deste Estado. Da mesma forma, é de extrema importância ética estudar as políticas de financiamento para o setor público de ensino, especialmente o investimento em nível superior à distância que, além de profissionalizar os professores do nível médio e aumentar a assistência da demanda por educação básica, pretende promover a inclusão digital da população que antes não tinha acesso aos meios da comunicação e informação digitais. Isso quer dizer que: equipar a sociedade destas novas “*tecnologias proposicionais*” é estabelecer a possibilidade do agir criativo para os brasileiros (LIMA JUNIOR, 2005).

## **1. A expansão da educação a distância: possibilidades e conseqüências.**

A educação a distância tem uma longa e diversificada trajetória. Presente em quase todas as regiões do globo ela segue dia a dia em progressiva evolução tecnológica. Apesar de ser uma modalidade de ensino bastante antiga no mundo, a convergência com as tecnologias da informação e comunicação inovou bastante a relação ensino/aprendizagem no mundo contemporâneo. A primeira tecnologia que permitiu o ensino a distância foi a escrita. A invenção da escrita possibilitou que as pessoas escrevessem o que antes só podiam dizer e, assim, permitiu o surgimento da primeira forma de ensino a distância: o ensino por correspondência.

As epístolas do Novo Testamento (destinadas a comunidades inteiras), que possuem nítido caráter didático, são claros exemplos de Educação a Distância (EAD). Seu alcance, entretanto, foi relativamente limitado – até que foram transformadas em livros. O livro é, com certeza, a tecnologia mais importante nesta área antes do aparecimento das modernas tecnologias eletrônicas, especialmente as digitais. EAD é o ensino que ocorre quando o docente e o discente (aquele a quem se ensina) estão separados (no tempo ou no espaço). Obviamente, para que possa haver EAD, mesmo nesse sentido fundamental, é necessário que ocorra a intervenção de alguma tecnologia. “Mais recentemente, as tecnologias de comunicação e telecomunicações, especialmente em sua versão digital, ampliaram ainda mais o alcance e as possibilidades deste tipo de ensino” (MAIA e MEIRELLES, 2002; FARIA et. al. 2006 apud SILVA, 2009, p.2)

Mas o livro, seja ele manuscrito, seja impresso, representa o segundo estágio do ensino a distância, independentemente de estar envolvido no ensino por correspondência, pois ele pode ser adquirido em livrarias e através de outros canais de distribuição. Com o livro impresso temos, portanto, a primeira forma de EAD em massa. O surgimento do rádio, da televisão e, mais recentemente, o uso do computador como meio de comunicação vieram dar nova dinâmica ao ensino a distância. Cada um desses meios introduziu um novo elemento a essa modalidade de ensino.

A EAD cresceu bastante com o advento do rádio, uma tecnologia da comunicação a qual foi importante para o desenvolvimento e aprimoramento desta modalidade. Na história



da EAD é importante destacar a British Broadcasting Corporation (BBC) que ofereceu cursos de educação em 1928. Assim como em vários países do mundo, o Brasil usa o rádio a partir de 1930 para o uso pedagógico. Já nos anos 1960 foi dado o impulso do desenvolvimento da educação a distância secundária e superior. Essa expansão se deu de forma globalizada, ou seja, não só no Brasil, mas em diversos continentes no globo. A Open University, no Reino Unido, a FernUniversitaet, na Alemanha, Indira Gandhi National Open University, na Índia e Universidade Estadual a Distancia, na Costa Rica.

Na China a república popular mantém programas de educação a distância desde o início da década de 1950. As tecnologias variavam entre o rádio e material impresso e na década seguinte as televisões universitárias foram criadas em Beijing, Shangai e várias outras cidades. Essa rede de tecnologias de comunicação funcionou como importante meio de educação a distância até a Revolução Cultural. “Estudos realizados na China mostram que algo em torno de 77% dos graduados conseguiram trabalho nas especialidades em que se formaram pela educação a distância.” (NUNES, 2009 APUD DANIEL, 1998, p. 166)

Na Europa, investe-se de maneira acelerada em educação a distância para o treinamento de pessoal na área financeira e nas demais áreas do setor de serviços, o que significa maior produtividade e redução de custos. Na Rússia, centro da antiga União Soviética, a educação a distância foi um grande instrumento de abertura e garantia de oportunidades de educação a milhares de pessoas desde os primórdios da década de 1930. Lá, vários líderes políticos e gerentes importantes se formaram ou tiveram seu segundo curso concluído por meio de cursos a distância. Nos debates da II Conferência Internacional de Educação a Distância da Rússia em 1996, a EAD passava a ter importância no processo de reconstrução do país, e na preparação da sociedade para os novos tempos, principalmente pelo poder de alcançar um grande contingente populacional ao mesmo tempo.

A Universidade Aberta de Portugal foi criada em 1988, sendo autônoma somente em 1994. Mantém uma vasta rede de centros de apoio espalhados pelo país. Em seu programa de pós-graduação ela oferece cursos de mestrado de administração e gestão educacional, de comunicação educacional e multimídia, de comunicação em saúde e também uma pesquisa interdisciplinar em estudos portugueses. Seu propósito social pretendia democratizar a educação e vencer o contexto da União Européia assim como a Espanha que dedicou muito mais tempo à EAD no período da consolidação da democracia.

A Universidade Nacional Aberta da Venezuela começou a ser criada em 1976, quando um grupo de pesquisadores articulou a proposta da universidade com o plano de desenvolvimento nacional. A ideia foi criar uma universidade flexível, que fosse ao mesmo tempo inovadora, centralizadora de desenvolvimento e facilitadora do acesso ao nível superior de ensino.

A Open University na Inglaterra, referência para muitos modelos de EAD, foi criada em 1969 e começou a oferecer cursos em 1971. “Hoje mais de 200 mil alunos estudam em casa ou no local de trabalho por intermédio de materiais diversos (Impressos, vídeos, Kits, fitas de áudio, softwares, jogos e internet)” (NUNES, 2009, p. 6). A Open University foi criada no contexto das possibilidades que a televisão tinha para promover as mudanças educacionais desejadas para a incorporação de grandes contingentes populacionais nos sistemas de ensino. Criada por um governo trabalhista em 1969 esta universidade visava ampliar a democratização do ensino superior, em pleno Estado de Bem Estar Social.

Ao correr da história, o desenvolvimento das “novas”<sup>1</sup> tecnologias da informação proporcionou novas possibilidades educacionais em todo o globo terrestre. A educação a distância tem expandido tanto pelo investimento direto do setor privado como também através de políticas de Estado nas diferentes nações do globo. Essa nova modalidade de ensino tenta trazer uma mudança na estrutura pedagógica da relação educador/educando. Mudança essa que exige certas habilidades e hábitos sociais que caracterizam a chamada “cultura digital”, muito teorizada por autores contemporâneos como Pierre Levy e André Lemos. Na tabela a seguir demonstra-se um resumo da evolução que a EAD segue desde o seu começo até os dias de hoje.

---

<sup>1</sup> Admite-se o termo “novas tecnologias” para referir às tecnologias da informação e comunicação que tem uma capacidade incrível de se desenvolver na contemporaneidade: os softwares. Graças ao fenômeno social chamado Software livre foi possível multiplicar os avanços nas máquinas virtuais. Quando seguem a filosofia do Software livre, os programas de computador multiplicam sua eficácia e segurança, sem falar que estarão sempre se renovando e oferecendo melhores ferramentas virtuais. Talvez a diferença para a Revolução Industrial da era moderna seja que agora a evolução técnica é virtual e não mais físico-material.

## Evolução da EAD.

TERMINOLOGIA USUAL	PERÍODO APROXIMADO DE DOMÍNIO
Ensino por correspondência	Desde a década de 1830, até as três primeiras décadas do século XX
Ensino a distância; educação a distância; educação permanente ou continuada	De 1930 e 1940
Teleducação (rádio e televisão em <i>broadcasting</i> )	Início da segunda metade do século XX
Educação aberta a distância	Final da década de 1960 (ICDE e Open University, Reino Unido)
Aprendizagem por computador	Década de 1980
E-learning; aprendizagem virtual	Década de 1990
Aprendizagem flexível	Virada do século XX e primeira década do século XXI

Fonte: (Litto, 2009)

Desde a insurgência da sociedade moderna e iluminista do século XVIII, o acesso às tecnologias de massa em geral (imprensa, e mais tarde o rádio e a televisão) é de caráter muito mais passivo politicamente do que em épocas atuais onde as tecnologias possibilitam mais participação ativa dos usuários como a WEB 2.0, Redes sociais e WIKIS diversos espalhados no mundo virtual. Recursos de comunicação em massa sempre foram controlados pela imprensa em geral e garantiam o domínio e manipulação da informação e conseqüentemente da opinião pública. Em contrapartida, na contemporaneidade as tecnologias (internet, softwares livres, celulares e TV digital) se demonstram como um ótimo instrumento político e pedagógico para a formação de cidadãos da nova era: a era da cultura digital ou cybercultura (LEVY, 1999).

Depois da Segunda Guerra Mundial e, mais especificamente, a partir do fenômeno da televisão, a educação toma novos rumos em relação ao processo de ensino-aprendizagem. Os programas televisivos, apesar de comerciais, podem abrir meios para estabelecer relações pedagógicas mais eficientes e didáticas, atentando agora para que as tecnologias comunicativas tornam-se ferramentas em potencial para garantir qualificação profissional e técnica.

“Hoje, vivemos em um tempo que reúne tanto a apropriação de uma nova tecnologia comunicativa, a telemática (informática na telecomunicação), como se articula por meio de conceitos inéditos de organização virtual, a Rede.” (NUNES, 2009, p. 7) As tecnologias da informação e de comunicação, em suas aplicações educativas podem gerar condições para um aprendizado mais interativo através de caminhos não lineares onde o estudante obedece ao seu tempo e ritmo, sua velocidade. Até instituições físicas e com infra-estruturas dispendiosas como bibliotecas e laboratórios podem ser virtualizados e acessados através de um chip que se conecta a qualquer aparelho digital ou estar disponível em rede WEB. Isso aponta para uma projeção intuitiva de que as tecnologias digitais disponíveis na rede mundial de computadores serão as ferramentas políticas mais adequadas para a formação da civilidade informacional, ou a civilidade “pós-moderna”.

A nova sociedade, a da economia do conhecimento, tem na informação valor de compra e venda preciosos. O nível de desenvolvimento de uma população será medido em breve pela capacidade criativa de manipulação das tecnologias digitais. À medida que se tem domínio do ambiente virtual, os grupos sociais, tanto empresas multinacionais, como comunidades carentes, multiplicam seu capital político.

A internet obteve sucesso entre as mais diversas classes sociais por contar com uma plataforma atraente e poderosa. Por meio das TIC, os modelos de aprendizagem podem invadir importantes células da vida social excluídas economicamente. O conhecimento construído no ambiente interativo não se restringe aos grupos de pesquisa acadêmicos e aos centros tradicionais de difusão da informação e do conhecimento, mas suscita a colaboração de todos na busca das melhores respostas.

Esse conhecimento dado de forma colaborativa no ambiente virtual (um espaço genuinamente colaborativo) constrói o que agora se denomina de *Knowlegde media* ou

traduzindo, um conhecimento através das TIC onde todos compartilham suas informações. Assim se configurará, de forma padrão, a nova dinâmica acadêmica do século XXI.

Os avanços tecnológicos na área da informática também construíram programas virtuais, que são capazes de simular o cotidiano de diversas profissões na área de saúde, segurança, mapeamento territorial e nas ciências humanas em geral. Cirurgias podem ser realizadas na tela de um computador como se fossem reais; policiais podem ser treinados antes em salas virtuais que simulam situações de perigo; jogos eletrônicos podem servir para ensinar história; etc. A tecnologia virtual avançou tanto que os limites para simular o real são inimagináveis.

A propriedade de extrapolar fronteiras físicas e ideológicas é que explica a possibilidade de uma pós-modernidade. A concepção moderna do Século XVIII, que segue as teorias de René Descartes (1596 – 1650), Isaac Newton (1643 – 1727), Imanuel Kant (1724 – 1804) considera o espaço/tempo rígidos e estanques. A escola moderna, seguindo a ordem iluminista se desenvolveu com essas concepções rígidas de espaço e tempo. O local de aprendizagem por excelência tem que ser o espaço físico da escola. O aperfeiçoamento dos meios de comunicação criou uma crise com algumas concepções tradicionais sobre o ensino e a aprendizagem, pois agora a educação pode ser melhor representada usando ferramentas virtuais contidas no universo das TIC.

A crescente complexidade na sociedade contemporânea devido a contínuas sofisticções da tecno-ciência e do conhecimento humano fez migrar os pólos difusores de informação dos centros de comunicação em massa para todo e qualquer indivíduo que esteja conectado à rede virtual. A informação, portanto, tende a não estar mais centralizada e unificada nas grandes emissoras de TV ou rádio, mas sim difundida na Internet de forma colaborativa. Este modelo de difusão das informações é menos hierárquico do que as mídias de massa e mais democrático no que tange a produção das informações.

Os avanços tecno-científicos eclodiram a evolução e a necessidade social da EAD. Esta, através de tecnologias conectadas em rede deixa de ser sincrônica e passa a ser assincrônica. Isso significa que o professor não precisa dividir o mesmo espaço com o aluno, mas sim pode estar presente, ao mesmo tempo, em múltiplos lugares. A presença virtual passa a ser o elo entre ensino e aprendizagem, ou sujeito e objeto da aprendizagem.

A televisão e a internet são tecnologias com alto grau de popularização, por isso a EAD começa a se difundir. À proporção em que as TIC desenvolvem a EAD, trazendo novas formas didáticas na relação homem/máquina, os custos destas tecnologias seguem uma tendência a um barateamento contínuo. Hoje em dia não é caro para as instituições manter o ensino pela internet, isso possibilita que os estudantes possam aprender muito mais do que ocupando o tempo dentro da universidade. A internet está além das possibilidades do aprendizado em uma instituição escolar tradicional, ela já faz parte da vida social como se fosse outro “espaço” onde muito se pode aprender.

A criação de telecentros (ou locais onde cidadãos de baixa renda podem ter acesso gratuito a computadores conectados à Web) pode oferecer oportunidade para a efetivação da EAD, desde que seja planejada de acordo com os interesses da população local. No entanto, houve a constatação em pesquisas de que os usuários dos telecentros gratuitos migram naturalmente para as lan-houses, que são pagas. (LITTO, 2009, p. 15) Isso porque existe uma liberdade de acesso nestes espaços e uma restrição de acessibilidade nos telecentros gratuitos. Esta constatação abriu portas para o entendimento de que os sites de relacionamento cujos conteúdos são de divertimento são um importante diferencial no que tange a atratividade dos usuários e, portanto devem ser pensados como objetos de aprendizagem também.

No momento em que se tornou online, a EAD ganha grande relevância social. As informações “localizadas” em rede têm valor pedagógico e, por isso, a educação a distância se configuram como uma boa ferramenta para democratizar o conhecimento científico e cultural. As tecnologias virtuais distribuídas na rede WEB possibilitam também a conscientização política através da publicação de ideais sociais nos aplicativos digitais. A internet está garantindo em larga escala a afirmação cultural de grupos minoritários e distribuídos na geografia das regiões excluídas. Não ter acesso ao ambiente digital, no mundo de hoje é colaborar de alguma forma para o não aproveitamento do uso do computador, seguramente uma das maiores invenções da humanidade, que se justifica pela nobreza de seus propósitos, sobretudo educacionais.

A EAD depois do advento das TIC representa o paradigma da *aprendizagem flexível*. A educação em geral tem que acompanhar a constante inovação do processo de gestão tecnológica já que sempre se comprometeu com a formação social e intelectual dos indivíduos. Esta interdependência entre tecnologias virtuais e educação acaba por enraizar

costumes e culturas planejadas para serem padrões sociais nos novos tempos. A educação sem EAD será uma educação incompleta.

*Aprendizagem flexível* é uma geração superior ao e-learning, pois a interatividade é multiplicada. Esta nova modalidade de aprendizagem é ideal para o problema de tempo de estudo devido a rotina de trabalho. Como as relações trabalhistas tornaram-se mais flexíveis e dinâmicas a dedicação aos estudos e as qualificações profissionais serão on-line. Os centros difusores de conhecimento não estarão em um espaço físico determinado, mas sim submerso no ciberespaço que estará disponível para consulta 24 horas por dia em um aparelho digital móvel com acesso a rede.

O alto nível de interatividade que pode oferecer o ensino a distância difere da forma tradicional de ensino. Este, centrado no professor e nas suas palestras cede lugar agora para outro modelo, focado nos estudantes os quais contribuem para a construção do conhecimento de forma colaborativa, ou seja, não são meros objetos de aprendizagem, mas participam do ensino também. Na aprendizagem online a participação percentual do professor é muito menor do que no ensino presencial. Isso não significa menos qualidade de ensino ou de aprendizagem, mas sim autonomia de estudo por parte do corpo discente e sua participação no processo pedagógico. Essa inversão não deslegitima o papel do professor, mas torna a relação pedagógica não tão hierárquica, mais igualitária e menos estressante para as duas partes (alunos e mestres).

Essa é uma tendência que deve ser considerada no futuro da pedagogia enquanto ciência, pois a revolução informacional, a grande responsável pela proliferação do uso social das tecnologias, transformou as relações sociais em quase todo o globo terrestre, participando como ferramenta básica cotidiana para a comunicação social.

O professor do século XXI além de ter domínio didático-pedagógico deve deter o conhecimento técnico de informática e comunicação de mídias para o uso dos novos meios tecnológicos da EAD. Lecionar a distância prescinde uma nova dinâmica pedagógica assíncrona que pretende, a todo o momento, recorrer aos objetos virtuais de aprendizagem, sejam mídias físicas, como CD-ROMs ou DVDs, ou arquivos digitais disponíveis na rede mundial.

A educação online pode garantir também uma série de vantagens pedagógicas no processo de ensino e aprendizagem a distância. Esta modalidade de educação proporciona *feedback* entre professor, tutor e aluno. Na tradução para o português *feedback* significa retorno e diz respeito à interatividade entre professor/tutor, professor/aluno, tutor/aluno. A interatividade online é bem maior do que as antigas ferramentas de educação a distância como a correspondência e até mesmo o rádio<sup>2</sup>. Na EAD online torna-se possível uma orientação mais “próxima”, não no sentido físico, mas no de que o aluno tem muitos meios para ser orientado pelo seu professor. Mesmo que não seja um diálogo em tempo real, as mídias educativas podem auxiliar na orientação para os orientandos.

O professor intermediado pelos tutores na disciplina a distância deve interrogar para obter comentários dos estudantes e promover reflexões entre os mesmos. Com isso os estudantes podem desenvolver suas capacidades cognitivas e intelectuais respondendo perguntas e esclarecendo comentários dos seus próprios colegas de turma contribuindo para uma nova forma de aprendizado: o colaborativo ou construtivista. Essa dinâmica educativa pode até ser potencializada com a troca de mensagens de texto via celulares.

A educação a distância pode perfeitamente cumprir com as exigências gerais da pedagogia: informar, aconselhar, opinar, questionar. Neste tipo de educação os objetivos de formação profissional são alcançados de forma dinâmica por não se restringir a um determinado momento de aprendizagem e poder proporcionar a possibilidade de estudar em tempos distintos. A aprendizagem colaborativa também parece ser importante porque é feita entre iguais, ou seja, o conhecimento é gerado a partir dos próprios alunos. Isso já garante a proposta pedagógica de deslocar o professor do centro hierárquico da difusão do conhecimento.

O avanço da EAD está condicionado à capacidade de aderência dos grupos sociais aos conteúdos digitais postos em rede WEB. A cultura digital, portanto exige *a priori* um conhecimento técnico das ferramentas físicas (hardware), e virtuais (software). Esse domínio

---

<sup>2</sup> O rádio enquanto meio tecnológico para fins educacionais cresceu em uso desde sua invenção na primeira metade do século XX. Seu uso foi importante para o aumento e a importância da EAD no mundo, mas apenas teve um crescimento quantitativo. Muitos alunos tinham acesso à educação, mas o fator interatividade não é característica desta tecnologia. Diferentemente da EAD online que tanto é democratizante quantitativa como qualitativamente, pois proporciona feedback, ou interatividade.



técnico da linguagem digital já está imerso nos mais variados contextos sociais na contemporaneidade. Por isso que a educação tende a assumir hoje um caráter móvel, flexível.

Para maximizar as vantagens da educação a distância, há a necessidade de utilizar uma infra-estrutura específica (meios de comunicação, técnicas de ensino, metodologias de aprendizagem, processos de tutoria, entre outros), obedecendo a certos princípios de qualidade referidos em um documento oficial (SANCHEZ, 2008). A multiplicidade de recursos tecnológicos garante outro padrão de qualidade para o ensino a distância. Quanto mais materiais digitalizados o curso contiver, mais variedade de aprendizado o aluno terá. A palavra de ordem da EAD é a interatividade, diferente da modalidade presencial, que tem a tradição de ser monolítica e unidirecional. Talvez seja esta a grande qualidade da EAD a ser apresentada para a sociedade contemporânea e talvez a forma mais ideal de formar a sociedade do conhecimento.

A educação do século XXI pretende também ter interatividade com o ensino presencial. Os pesquisadores entendem que as duas modalidades se integrando de forma mais intensa poderiam ter uma melhor produtividade para o sistema de ensino e de pesquisa universitário. Diversas universidades hoje sofrem para manter as velhas relações de ensino e aprendizagem tradicional. A EAD, com o sistema de monitoramento, ou instrucional, no qual tem um tutor para intermediar a relação entre o professor e o aluno, está mudando as tradicionais metodologias pedagógicas e transformando o sistema de ensino em todos os seus níveis, especialmente no que serve à difusão ou democratização do conhecimento.

As TIC permitem a possibilidade do acesso a diversas instituições em escala global. Nesta perspectiva, estão surgindo programas acadêmicos interinstitucionais que podem (hipoteticamente) padronizar as estruturas curriculares e a formação dos alunos em todo o planeta. Esse é o novo fenômeno proporcionado pela EAD e pelas TIC: *the borderless higher education* (ensino superior sem fronteiras). (LITTO, 2009, p. 16)

Em abril de 2006, nos Estados Unidos regulamentou-se a obrigatoriedade para todos os alunos que cursam o ensino médio, da participação em pelo menos uma disciplina on-line, para adquirir experiência nessa modalidade de aprendizagem. (*New York times*, 30 de julho de 2006) Isso se consolida pelo simples fato de que a EAD desenvolve uma capacidade criativa de uso das tecnologias interativas.

Tal capacidade criativa gerada na educação a distância é estimulada por uma aprendizagem autodirigida. A sofisticação, inteligência e rapidez das tecnologias virtuais convida os estudantes para uma aprendizagem autônoma e muitas vezes lúdica no ambiente WEB. Esse ato de buscar informações na internet já é um exercício investigativo útil para a formação do profissional do século XXI. Em outras palavras, a aprendizagem autodirigida, própria da EAD invoca a autonomia e a disciplina na busca do conhecimento para o discente sem necessariamente a orientação de um professor ou instrutor. Assim, o estudante pode administrar por conta própria o espaço-tempo para seus estudos. Essa característica não deve ser confundida com autodidatismo, que subentende a ausência de uma proposta didático-pedagógica. A aprendizagem autodirigida, portanto é ideal para consagrar a ética do capitalismo em sua versão atual mais flexível.

Para Villardi,

há necessidade de substituir o modelo tradicional de EAD, caracterizado pelo predomínio da informação sobre a formação, pela definição de um outro paradigma centrado na ação educativa flexível, aberta e interativa, a partir do qual o aluno percorra o processo de aprendizagem dentro do seu ritmo individual, de forma autônoma [...], mas não necessariamente sozinho. (VILLARDI, 2005, p. 45).

Oferecendo mais possibilidades para a colaboração e o compartilhamento entre os alunos e docentes, a rede mundial de computadores, pode garantir mais qualidade com o invento da WEB 2.0. Esta tecnologia representa a segunda geração de tecnologias WEB, com interatividade aumentada, oferecimentos de serviços e hospedagem on-line de conteúdos, além de programas de softwares que aumentam a produtividade em muitos setores econômicos, sociais e educacionais

É possível que a WEB 2.0 represente o início de uma nova etapa de tecnologia da informação na qual o computador pessoal não mais será o repositório de conteúdos e de programas de cada indivíduo, mas sim um aparelho que, via WEB pode acessar sites que hospedarão os conteúdos no ambiente virtual. Isso possibilitará mais avanços para as tecnologias móveis que não precisarão de uma configuração sofisticada de hardware. Com isso, as instituições de ensino para oferecer cursos online necessitarão basicamente de: desenvolver os softwares e as devidas manutenções da infra-estrutura tecnológica; desenvolver um trabalho colaborativo para a criação e evolução dos programas educativos;

criar e recriar softwares abertos (software livre); contratar empresas para hospedar os conteúdos educativos na web (sites).

Outra ferramenta de inovação das tecnologias informacionais bastante cara à EAD é a chamada *mobile learning*. Esse novo conceito de tecnologia educacional projetaria os conteúdos virtualizados na rede WEB em aparelhos digitais como celulares, IPADs, netbooks para a leitura e interatividade com os conteúdos envolvidos. No momento atual (e para a realidade social brasileira), já se pode prever quais as pretensões tecnológicas que a educação pode absorver para aumentar seus limites de acesso e democratização do ensino, do conhecimento e da informação.

Ao que se aparenta, o futuro da educação é convergir tecnologias compatíveis às diversas camadas econômicas sociais e, por conseguinte democratizar o acesso à informação. O telefone celular seria, por exemplo, uma ferramenta pedagógica em potencial onde os objetos de aprendizagem são acessados pela rede Wifi. Até por mensagem de texto dos aparelhos celulares a aprendizagem pode se desenvolver (BULCÃO, 2009), quando hoje, para muitos professores, os aparelhos digitais atrapalham o desenvolvimento em sala de aula.

Segundo Elsa Oliveira (2003) a pertinência da educação à distância na formação continuada de professores apóia-se em duas razões principais: por um lado, visa a atenuar as dificuldades que os formandos enfrentam para participar de programas de formação, em decorrência da extensão territorial e da densidade populacional do país, e, por outro lado, atende ao direito de professores e alunos ao acesso e domínio dos recursos tecnológicos que marcam o mundo contemporâneo, oferecendo possibilidades e impondo novas exigências à formação do cidadão. (LIRA, 2010)

A EAD do século XXI (via TIC) é fundamentalmente aquela que permite a estocagem e a transmissão de informações em quantidade, qualidade e velocidade inéditas na história da humanidade e que têm como característica essencial a informação para a formação.

Obviamente, a educação não poderia permanecer isolada dos avanços tecnológicos e, pouco a pouco, foi se apropriando dos benefícios oriundos das invenções que iam surgindo. A radiodifusão, a televisão e o computador são exemplos de tecnologias que foram paulatinamente inseridas nos processos de ensino e de aprendizagem. Para a EAD não

poderia ser diferente, afinal, que outra modalidade educativa seria maior beneficiária de recursos tecnológicos capazes de transcender a barreira do espaço-tempo?

A terceira geração de EAD começa a surgir nos anos 90, com o desenvolvimento e disseminação das TIC. Seus meios principais são, ou serão, todos os anteriores mais os novos, o que implicará mudanças radicais nos modos de ensinar e aprender: unidades de curso concebidas sob a forma de programas interativos informatizados; redes telemáticas com todas as suas potencialidades (bancos de dados, *e-mail*, listas de discussão, sites etc.); CD-ROMs didáticos, de divulgação científica, cultura geral, de “infotemento”, etc. (BELLONI, 2003, p. 57).

Essa projeção traz a análise das possibilidades oferecidas pelas TIC ao universo da EAD. Identificar as ferramentas disponíveis para uso educacional é o primeiro passo para desenvolver ações que atendam às especificidades e o ritmo individual de qualquer público que se queira atingir. Segundo Moran, “a EAD apresenta um sem-número de possibilidades em termos de combinação de soluções pedagógicas, capazes de serem adaptadas a cada tipo de aluno.” De acordo com o autor: “temos possibilidades centradas nas tecnologias *on-line* no modo-texto, no modo hipertextual, no multimídia”. (MORAN, 2009) As aulas interativas, seja por teleconferência ou videoconferência, associadas à interação via Internet, permitem expandir a capacidade comunicativa dos atores envolvidos no processo. Isto contribui para a obtenção de resultados bastante positivos em termos de aprendizado pessoal efetivo.

Comunidades de aprendizagem locais podem se tornar partes integrantes de uma infra-estrutura global de aprendizagem, dando ênfase ao fato de que o aprendizado ocorre além das fronteiras da sala de aula e continua de forma permanente através da vida de cada pessoa, desde que conectada a rede mundial de computadores. O uso das TIC em programas de EAD, à despeito dos desafios inerentes, proporciona diversos instrumentos para um processo efetivo de aprendizagem colaborativa. No entanto, o alerta de Rodrigues é crucial: “tudo depende da pedagogia de base que inspira e orienta estas atividades: a inovação ocorre muito mais nas metodologias e estratégias de ensino do que no uso puro e simples de aparelhos eletrônicos.” (RODRIGUES JR, 2008, p.3) As estratégias e metodologias a serem adotadas em tais projetos, dependem de um profundo conhecimento acerca dos processos de interação e interatividade entre os elementos envolvidos na ação educativa.

No afã de se modernizarem, algumas experiências se limitam a veicular o material didático eletronicamente sem a disponibilização efetiva dos recursos de interação e sem uma base epistemológica que objetive a construção do conhecimento. Nesses casos, o aluno tende a reproduzir os esquemas cognitivos que utilizava em ambientes presenciais, e como tende a estudar da mesma forma como sempre estudou, tende a não conseguir aprender. Nesta medida, é preciso assegurar a qualidade desses programas em duas vertentes: técnica e pedagógica.

Dessa forma, os responsáveis pela concepção e elaboração de um projeto de EAD devem, obrigatoriamente, preocupar-se com estes dois aspectos. De um lado, é preciso operacionalizar os recursos tecnológicos que servirão de suporte técnico ao programa. De outro, é fundamental uma intervenção pedagógica capaz de desenvolver uma metodologia que promova um espaço de aprendizagem colaborativa e de construção do conhecimento.

Assim, pode-se concluir que o alcance de resultados em um programa de educação a distância depende não só da plena aplicação das possibilidades oferecidas pelas TIC, mas também de uma concepção pedagógica baseada em estratégias facilitadoras da interação, que tenham como lastro um conjunto de materiais didáticos que estimulem a busca pela construção do conhecimento.

Uma das diferenças mais marcantes dos programas de ensino a distância em relação ao ensino presencial diz respeito à necessidade de competências necessárias para a oferta do ensino. Enquanto que no sistema presencial, o professor é tido como uma figura única do processo de ensino, na educação a distância ele divide espaço com outros tantos profissionais que atuam no sistema. A autoridade docente agora tem que dividir igualmente tarefas com os técnicos de informática e de comunicação, tão necessários quanto o conteúdo e a didática no processo de aprendizagem.

Segundo Moore e Kearsley (2007, p.8) a EAD é uma forma de atender a certas necessidades, tanto pessoais quanto sócio-políticas, permitindo acesso crescente, atualização de aptidões, redução de custos, qualidade de apoio, capacitação do sistema educacional, nivelamento de desigualdades, etc. Para isso, Mendonça (2009) aponta que a EAD deve atender a uma série de características:

1. Abertura: uma diversidade e amplitude de oferta de cursos, com a eliminação do maior número de barreiras e requisitos de acesso, atendendo a uma população numerosa e dispersa, com níveis e estilos de aprendizagem diferenciados, para atender à complexidade da sociedade contemporânea
2. Flexibilidade de espaço, de assistência e tempo, de ritmos de aprendizagem, com distintos itinerários formativos que permitam diferentes entradas e saídas e a combinação trabalho/estudo/família, favorecendo, assim, a permanência em seu entorno familiar e laboral
3. Adaptação: atendendo às características psico-pedagógicas de alunos que podem ser ou não adultos;
4. Eficácia: o estudante, estimulado a se tornar sujeito de sua aprendizagem, a aplicar o que está apreendendo e a se auto-avaliar, recebe um suporte pedagógico, administrativo, cognitivo e afetivo, através da integração dos meios e uma comunicação bidirecional;
5. Formação permanente: há uma grande demanda, no campo profissional e pessoal, para dar continuidade à formação recebida “formalmente” e adquirir novas atitudes, valores, interesses, etc.
6. Economia: evita o deslocamento, o abandono do local de trabalho, a formação de pequenas turmas e permite uma economia de escala. (CAVALCANTI, 2009, p.2/3)

Uma vez que as atividades educativas podem ser realizadas em lugares ou tempos diversos, a flexibilidade espaço-temporal torna-se uma das características mais marcantes da EAD. Professores e estudantes podem desenvolver suas atividades de forma independente, sem a necessidade de estarem em lugares e tempos específicos como ocorre na sala de aula presencial. Essa especificidade da EAD altera a relação professor-aluno e o próprio processo de ensino-aprendizagem, uma vez que na educação a distância não existe de fato o que poderia se caracterizar tradicionalmente como uma sala de aula, em que um professor de uma determinada disciplina ministra conteúdos para uma determinada turma de alunos. A modalidade de educação do futuro tornará pública todo dado e informação disponível na

internet, ou melhor, este poderá ser o meio pelo qual se alcançará a formação autônoma e cidadã.

A forma encontrada para multiplicar a presença do professor e potencializar o processo de aprendizagem dos alunos é o modelo de tutoria. A tutoria não é uma novidade na área educacional, ela já existe na modalidade presencial. A educação chamada e-learning adota o modelo de tutoria sabendo utilizar com eficiência os recursos tecnológicos hoje disponíveis, especialmente por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Nesse modelo, o processo educacional é concebido em termos de mediação, onde a figura do tutor torna-se crucial. O desenvolvimento constante de objetos virtuais de aprendizagem fez a EAD adotar métodos de ensino organizado de produção e supervisionamento (avaliação) na relação ensino-aprendizagem para o desenvolvimento cognitivo dos estudantes.

A EAD, sobretudo com os recursos tecnológicos que hoje dispõe, pode ser uma estratégia que responda ao desafio de formação superior para a docência na educação básica. Mas, isso não pode ser feito abrindo mão dos direitos trabalhistas dos docentes que atuam na EAD. Os países que deram salto de qualidade em educação demonstram que um dos caminhos para isso é o reconhecimento social e a valorização dos docentes, e não o contrário. A questão não é massificar o ensino superior, mas sim democratizá-lo, o que é bem diferente. E, nesse caso, só é possível com bons e bem pagos docentes, inclusive os tutores

Graças as TIC diversas culturas em rede virtual globalizada estão trocando informações e trocando modos de fazer culturais de cada localidade, potencializando as funções institucionais e, por conseguinte, intensificando os intercâmbios políticos de Estado e acadêmicos. Pierre Levy (2001) constata que o ambiente virtual é diferente de qualquer instrumento comunicativo de massa (cinema, televisão e rádio, por exemplo) justamente porque torna mais transparente e ágil as políticas institucionais. Ele salienta que não foram as mídias de massa as responsáveis pelas constantes inovações na internet nos últimos anos do século XX, mas sim os novos programas virtuais construídos com a colaboração social global. O importante é justamente que essa ação social colaborativa está a serviço de melhorias sociais.

Um exemplo de que as TIC já estão revolucionando a vida real é a criação do *Second Life*. A intensificação do seu uso na rede mundial de computadores é devido a possibilidade de interação virtual por meio de personagens chamados “avatares”. Essa virtualização da vida

em sociedade é a tendência esperada para o cotidiano da Sociedade do Conhecimento. Muitos jovens e até crianças já iniciam a vida inseridos no mundo digital e conectados ao mundo. Talvez as possibilidades ocultas que a internet pode oferecer seja o fator de tanta aderência social às TIC. Por isso a educação deve ver com bons olhos o modo como está se desenvolvendo o uso destas tecnologias para efetivar uma educação democratizante e igualitária para todas as camadas sociais.

### **A EAD Brasil.**

A partir da última década do século passado, a inovação do sistema EAD começou a abrir possibilidades no Brasil de promover oportunidades educacionais para grandes contingentes populacionais. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), de 2003 a 2006 o número de cursos de graduação a distância passou de 52 para 349, um aumento de 571%. (CAVALCANTI, 2009) Os critérios para essa nova perspectiva educacional não foram apenas quantitativos, mas com base em noções de qualidade, flexibilidade, liberdade e crítica. (LITTO & FORMIGA, 2009, p. 2)

“Além da democratização, a educação a distância apresenta notáveis vantagens sob o ponto de vista da eficiência e da qualidade, mesmo quando há grande volume de alunos ou se observa, em prazos curtos, o crescimento vertiginoso da demanda por matrículas – o calcanhar de Aquiles do ensino presencial” (NUNES, 2009, p. 2).

No Brasil, a EAD se desenvolve a passos largos. Embora as políticas públicas num passado próximo não tenham contribuído muito para sua importância social, agora se vislumbra uma era de ricos investimentos econômicos para a modalidade de ensino. Muitos programas usaram a educação a distância na esperança de democratizar o acesso ao ensino principalmente em áreas fora das capitais. “Somente no final do milênio é que as ações políticas de Estado voltaram a acontecer e pudemos acompanhar novo crescimento gerando uma fase de prosperidade e desenvolvimento”. (ALVES, 2009, p. 9)

Em 1923 foi fundada a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Tratava-se de uma iniciativa privada e trouxe muito incômodo para os governantes tendo em vista a



possibilidade de transmissão de programas subversivos, especialmente pelos revolucionários de 1930. A Igreja Católica, por meio da Diocese de Natal, no Rio Grande do Norte, criou em 1959 algumas escolas radiofônicas dando origem ao Movimento de Educação de Base. Projetos como Mobral, vinculado ao governo federal, prestaram grande auxílio e tinham abrangência nacional com o uso do rádio. O sistema adotado pela TV Escola, sob a manutenção do poder público federal, gerou bons programas educativos, no entanto, a forma de difusão dependia das emissoras abertas para o acesso a população em geral.

Após a década de 1970 os computadores e, posteriormente a internet, ajudaram a consolidar a propagação do ensino a distância como útil mundialmente. Em matéria de desenvolvimento da educação a distância no Brasil, deve-se destacar o papel modernizador e decisivo da Associação Brasileira de Telesserviços (ABT), do Instituto de Pesquisas avançadas em Educação (IPAE) e a Associação Brasileira de Educação a distância (ABED). De uma forma ou de outra estas instituições influenciaram bastante sobre a importância da EAD no Brasil contribuindo para discutir sobre as disposições normativas desta modalidade de ensino nos encontros e congressos com as mais importantes personalidades da área, tanto do setor público como do privado.

A ABED vem colaborando com o desenvolvimento da EAD no país promovendo a articulação entre profissionais e instituições de diferentes nações. Além disso, organiza frequentemente eventos nacionais e internacionais para divulgar a ideia de que esta modalidade de ensino pode estabelecer facilmente intercâmbios institucionais entre universidades das diferentes regiões do país. Caso se efetive a cooperação inter-institucional via EAD, agiliza-se o processo de desenvolvimento administrativo e pedagógico de universidades menos estruturadas como as universidades públicas do norte e nordeste. As regiões conectadas entre si podem padronizar as estruturas curriculares no território nacional, e, para além deste, a todos aqueles que se comunicam em português.

Na Bahia, o Instituto Anísio Teixeira (IAT), órgão da secretaria do Estado tem trabalhado munido com uma boa rede de telecomunicação e videoconferência. O IAT tem desenvolvido a prática de patrocinar defesas públicas de dissertações e teses com examinadores no Brasil e em Portugal além de realizar uma série de videoconferências entre as universidades estaduais baianas e universidades portuguesas tais como a Universidade do Porto, a de Coimbra e a Universidade Aberta de Portugal.

Esse intercâmbio institucional é importante porque a língua portuguesa é elemento de reunião de populações que hoje se aproximam de 250 milhões de pessoas. Diversos países podem se beneficiar com a EAD produzida no Brasil. Pelo conjunto de países que fala português como primeira língua ou materna (Angola, Brasil, Cabo verde, Moçambique, Portugal e Timor leste) pode-se chegar a conclusão de que o português é a terceira língua de origem europeia mais falada da humanidade. (MATTA, 2009) No entanto, na Web 80% dos conteúdos presentes é dominado pela língua inglesa enquanto que o português seja apenas 1%. Com tão pouco conteúdo disponível na língua portuguesa e com o fraco domínio da língua inglesa em território brasileiro, a aprendizagem mais livre pela WEB deve crescer mais lentamente do que poderia.

O português está insuficientemente representado na “nova Alexandria” que é a internet. Bibliotecas e acervos universais em português ainda são insignificantes em relação aos conteúdos e programas feitos em inglês (que é o monopólio da língua na Internet). A sociedade brasileira, digitalmente (ou não) engajada deve contribuir colaborativamente para estender os materiais circulados na WEB. Softwares e conteúdos informacionais em português são necessários para garantir um desenvolvimento social não só para o país, mas para cada cidadão envolvido nessas trocas econômicas e simbólicas. (FORMIGA, 2009, p. 42)

### **A legislação da EAD e as conseqüências para a educação brasileira.**

O artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 estabeleceu a modalidade de EAD com abertura e regimes especiais prevendo: credenciamento das instituições; normas para a produção, controle e avaliação; concessão de canais comunicativos no rádio e TV com finalidades exclusivamente educacionais, além de concessão temporária em canais comerciais. Posteriormente o decreto nº 2.494 de fevereiro de 1998 estabeleceu o conceito oficial da EAD: “forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem com a mediação de recursos didáticos, sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação utilizado isoladamente ou combinados e veiculados pelas diversos meios de comunicação” (BRASIL, 1998) Foi regulamentada também a possibilidade de transferência

de estudantes do ensino presencial para a EAD, assim como os aproveitamentos curriculares. Também se transferiam da EAD para os cursos presenciais possibilitando então uma via de mão dupla para a oferta de educação que se queira.

Da LDB, surge o Decreto 5.622 de dezembro de 2005, que regulamenta a educação a distância no país. Logo em seu Art. 1º caracteriza a EAD

“como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.” (BRASIL, 2005, p. 1).

Nessa regulamentação está englobada e sistematizada a maioria dos documentos legais emitidos desde a promulgação da LDB, com exceção da abertura à oferta de disciplinas semipresenciais ou a distância nos cursos regulares presenciais já reconhecidos pelo MEC. Ao longo do texto legal as regras básicas da EAD são expostas e regulamentadas. Outros dois decretos são relevantes para entender os fundamentos legais da modalidade de educação a distância, são eles: Decreto nº 5.773/2006 e Decreto nº 6.303/2007, o primeiro dispõe sobre regulação, supervisão e avaliação da educação superior e o segundo altera algumas disposições do Decreto 5.773/2006 e também do Decreto 5.622/2005.

A EAD é uma modalidade de ensino que possui características e especificidades próprias, tanto no que diz respeito a aspectos pedagógicos quanto a aspectos relativos ao trabalho docente. A Resolução FNDE Nº. 26/2009 regulamenta o pagamento dos docentes em EAD na forma de bolsas e estipula valores tão baixos para o pagamento do trabalho docente, sobretudo para os tutores. “Esta Resolução legitima a precarização do trabalho docente em EAD e aumenta a desconfiança social quanto à qualidade do serviço educacional desenvolvido na modalidade a distância”. (CAVALCANTI, 2009, p.2)

O estabelecimento de uma regulamentação mais abrangente para a EAD fazia-se cada vez mais necessário, tendo em vista que em 2002 havia sido feita uma primeira proposta de regulamentação pela Assessoria do MEC, que ficou suspensa até 2005, enquanto crescia significativamente a oferta de cursos de graduação a distância. Dados apresentados (SEGENREICH, 2006) revelam, por exemplo, que enquanto se aguardava uma nova regulamentação, o número de instituições credenciadas para EAD cresceu 350% e os cursos de graduação a distância cresceram 310%. É importante registrar ainda que, mais

precisamente em 2004, a oferta de vagas passou a ser nesses cursos, predominantemente situada no setor privado.

“Hoje há mais de 800 mil alunos brasileiros freqüentando cursos via EAD no nível superior, o que já é uma prova de que acordamos para o que é muito comum em universidades norte americanas” (NISKIER, 2009, p. 29)

Diante de tal expansão da EAD faz-se necessária a implantação de Pólos Regionais de Cultura (PRC) que poderiam modelar um uso adequado de ensino a distância para a formação e o aperfeiçoamento de professores, especialmente da rede pública. A EAD neste sentido deve trabalhar em consonância com o Ministério da Cultura para usar a ferramenta digital no intuito de valorizar o folclore, a dança as artes e os modos de viver de cada especificidade cultural existente no território nacional.

A CAPES tem o desafio de maximizar o número de doutores em território nacional. Atualmente dos 280 mil professores universitários, não passa de 20% o número de doutores. Abrir caminho para a EAD pode ser fundamental neste processo de conhecimento. O problema é que a pós-graduação strictu sensu em EAD no Brasil carece de mais regulamentação legal. O Estado brasileiro já devia ter legislado sobre os cursos de mestrado e doutorado na modalidade EAD seguindo os exemplos de países desenvolvidos como a Inglaterra e de países em desenvolvimento como a China e a Índia.

“A Universidade de Harvard realiza programas com a Argentina; a Universidade de Michigan, que procurou o Brasil para realizar um MBA, esta em rede com outras localidades como Hong Kong, Japão, Tailândia, e outros tigres asiáticos, num absoluto processo de expansão de oferta e do alcance da educação a distância.” (NISKIER, 2009, p. 31)

Para a implantação de um sistema nacional de ensino superior aberto e a distância é decisiva a existência de um amplo parque editorial, de inúmeras emissoras de rádio, televisão além de uma boa rede de comunicação postal, telefônica e via satélite. Para além do respeito à educação como direito subjetivo, a disponibilização destas tecnologias digitais é requisito para a massificação da educação sem perda de qualidade. Estes são alguns fatores que incidem a uma nova atitude política e internacional de adesão à chamada Revolução informacional, ou pós-modernidade. Assim sendo, o Brasil terá melhores ferramentas tecnológicas para a construção da sua cultura digital específica e construindo o que hoje se

constitui ainda como o projeto da Sociedade do Conhecimento, ou nas palavras de Pierre Levy: a inteligência Coletiva.

Portanto a sociedade brasileira deve colaborar para a construção de uma Comunidade Global Online. Ou seja, integrar-se numa rede persistente e sustentável de sujeitos que compartilham e desenvolvem bases semelhantes de conhecimento, conjunto de crenças e valores que constroem suas histórias como grupos e concretizam essa experiência em práticas objetivas e simultaneamente coordenadas.

A comunidade de aprendizagem através da EAD online, ou informacional (em rede) pode ter proporções internacionais sem se desfazer das necessidades e afazeres de culturas locais. Estas comunidades aumentam as possibilidades interativas de grupos geograficamente distantes e facilitam achar soluções distintas para resolver preocupações locais. Em outras palavras as comunidades interativas em ambiente WEB buscam reunir os interesses e as soluções necessárias a um conjunto de nações e regiões distantes. Todas as formas de resolução agora podem ser transparentes para localidades que até então não saberiam resolvê-los. Esse é o caso das possibilidades de intercâmbio da comunidade de língua portuguesa espalhado em diversas nações no globo terrestre.

Entre os principais fatores que sustentam a indução da EAD destacam-se: a expansão da educação superior por meio da democratização dos meios de acesso; a possibilidade de uma aproximação entre a gestão universitária e as propostas educacionais dos estados e municípios; a instrução de meios mais flexíveis de avaliação da educação superior à distância, mantendo aderência ao processo de regulação já instruído pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; o fomento regular para as iniciativas de pesquisas em educação à distância; e ainda, a manutenção da continuidade do financiamento da formação de recursos humanos na área.

No discurso governamental, a EAD é apresentada, explicitamente, no Plano Nacional de Educação como uma forma de acelerar o cumprimento de dois compromissos em relação à Educação Superior: um deles seria prover até o final da década a oferta de educação para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos, e a outra, estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do país. (BRASIL, 2000, p.37-39).

No Brasil é livre o direito de ensinar e de aprender, eis que assim estatui o artigo 206, inciso II da Constituição Federal. Em sentido amplo fundamenta-se aí o estatuto da educação nacional e, por consequência, o da EAD. No entanto, ainda hoje, diversos pontos estão pendentes no que tange a infra-estrutura para a EAD no território nacional. Não existe um sistema de informação aberta a toda sociedade brasileira<sup>3</sup>; assim como também não existe uma regulamentação complementar para a implantação dos programas do mestrado e doutorado na modalidade.

Os profissionais da EAD se encontram diante de tendências e possibilidades. No entanto, muitas das impossibilidades (pré) concebidas por muitos sobre a EAD são apenas más especulações que não acreditam que o ambiente virtual (a internet) possa ser um espaço pedagógico para o ensino e a aprendizagem. O problema atual não é de infra-estrutura tecnológica, mas sim de falta de otimismo, por parte de considerável parcela social, para o flexível ambiente WEB como ferramenta educativa em potencial.

O ensino à distância no Brasil iniciou uma utilização mais intensa nos meados do século passado, com o início da quebra do paradigma que somente poderia promover uma educação complementar, para níveis fundamentais e com qualidade duvidosa. Se até então, no Brasil, a EAD era relegada a um segundo plano, como algo destinado à educação técnica, aceleração e aprendizagem de ofícios menores, hoje, instrumentalizada e renovada pelo vertiginoso desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, vem sendo encarada pelos governos e pelas instituições de ensino como modalidade indispensável para a expansão da oferta e democratização do ensino superior. (KUBOTA, TRACTENBERG, BARBASTEFANO, 2004)

A TV digital representará em breve uma integração com outras mídias que possibilitam mais opções de aprendizado, um maior quantitativo de canais e recursos para acessar conteúdos digitais, a realização de debates com especialistas, a orientação de trabalhos e apresentação deles e seus resultados, um realismo na interação à distância e,

---

<sup>3</sup> Entende-se sociedade brasileira todos aqueles que vivem em território nacional e fora também. A internet diversificou e aumentou a iteratividade global possibilitando laços sociais desterritorializados entre grupos distante geograficamente. Sites de relacionamento, videoconferências e a TV digital são tecnologias responsáveis por isso.

conseqüentemente, uma sensação de maior proximidade entre o professor/tutor e o aluno. (MORAN, 2007)

Por fim, a cybercultura se apresenta à sociedade brasileira nesta entrada do século XXI como uma grande possibilidade de crescimento e desenvolvimento social, político e econômico nacional. As políticas públicas de Estado para a inclusão digital (que hoje já significa inclusão social) devem ter um teor “sustentável” para garantir ao Brasil um lugar entres as grandes potências da sociedade contemporânea. Neste sentido os investimentos públicos em EAD são de extrema importância não só para a qualificação profissional de uma alta demanda social, mas também uma possibilidade de potencializar quantitativamente o sistema de ensino brasileiro. “Neste momento, tudo indica que a EAD no Brasil e no mundo, é uma realidade em ascensão. Nas primeiras décadas deverá reunir mais alunos do que a educação ‘presencial’ e com formatos mais ricos e mais variados do que jamais, anteriormente, foi imaginado”. (LITTO & FORMIGA, 2009 p. xiii e xiv)

Apesar de que aproximadamente 25 milhões de brasileiros com mais de 16 anos têm acesso à internet, a população brasileira é superior a 180 milhões de habitantes. Além disso, o perfil de estudantes para a modalidade a distância é de adultos que, em geral, já trabalham e não tem tempo disponível e que procuram especializações na área ou até formação superior. Para suprir esta condição social contemporânea, outras tecnologias de mais acesso popular (rádio, televisão, e celulares), por enquanto, devem ir substituindo a futura tecnologia padrão da educação a distância: a internet.

“No Brasil, o sucesso do Telecurso 2000, atendendo mais de meio milhão de aprendizes (sem contar com os milhões a mais que acompanham as transmissões apenas pelo prazer de adquirir novos conhecimentos) é algo consagrado; quase um milhão e meio de empregados e executivos de empresas brasileiras aumentam suas capacitações todo ano com o uso da EAD”. (LITTO & FORMIGA, 2009 p. xiii)

## **2. UAB: Democratização do ensino superior público via EAD.**

Desde o século passado, expandir e gerar acessibilidade ao ensino superior é pauta política para todas as nações desenvolvidas ou em vias de desenvolvimento. Os impactos do Neoliberalismo que a sociedade brasileira vem absorvendo e as alternativas políticas que o Brasil vem adotando a partir da década de 1990 para se adaptar ao mercado competitivo globalizado interferiram direta e indiretamente no sistema educacional do país. Estas políticas, na maioria das vezes pautadas em agendas internacionais levaram à ampliação do setor privado e a diminuição da oferta de vagas de graduação no setor público (MINTO, 2006).

Na gestão de Fernando Henrique Cardoso, as políticas públicas em âmbito federal variaram do “descaso” em relação às universidades públicas em território nacional, ao total apoio e incentivo financeiro para alavancar um crescimento e uma possível democratização ao acesso ao ensino superior privado. (SANTOS, 2007) No entanto, neste começo de século, as políticas federais têm tentado desenvolver o ensino público superior nos diversos Estados e Municípios do território nacional.

Na história da educação nunca foi tão importante discutir as políticas públicas educacionais no mundo. Diversos países, desenvolvidos e em desenvolvimento, programam reformas educacionais que atendam às demandas sociais do mercado de trabalho e as necessidades produtivistas da economia flexível (CHAUÍ, 2001). A crise do liberalismo/social-liberalismo desestabilizou o Capitalismo depois da década de 80. Economistas americanos e ingleses, dentre eles M. Friedman e F. Hayek procuraram demonstrar possíveis soluções para a manutenção e sobrevivência do regime capitalista. A saída, então, viria através do Neoliberalismo de mercado onde seria necessária a minimização do Estado e a diminuição dos gastos públicos em serviços sociais como educação, saúde, moradia e outros. (LIBÂNEO, 2003)

No Brasil, diversos pesquisadores, professores e associações ligadas diretamente à educação investiram nas discussões sobre o assunto para avaliar as políticas públicas nacionais em educação. A última Lei de Diretrizes e Bases que representou um marco na mudança da gestão da educação nacional trouxe novos conceitos e novas formas para a



estrutura e o financiamento das instituições de ensino. Em relação à educação superior percebeu-se claramente uma tendência de democratizar o acesso às IES por meio da privatização. Não é por acaso que no final do Governo de Fernando Henrique Cardoso mais da metade da disponibilidade de vagas de ensino superior no território nacional era oferecido pelo setor privado de ensino (SANTOS, 2007).

Na Bahia, nesse período, o sistema de educação superior contava com uma vasta rede privada de oferta de cursos de graduação; uma rede estadual, também representativa em termos de oferta, composta por quatro universidades públicas espalhadas pelo Estado; e uma única instituição universitária federal. Somente no governo Lula é que outra instituição federal surge na Bahia, a Universidade Federal do Recôncavo Baiano. Estes dados revelam que as políticas públicas da era FHC só beneficiaram o setor privado de ensino. Em todas as regiões do país a rede privada de ensino se expandiu mais do que em governos anteriores, enfatizando a intenção do governo em expandir o ensino superior via privatização.

Passada a era FHC, o Brasil experimenta dois governos do presidente Lula. Como reflexo da carência de políticas educacionais de acesso às universidades e instituições públicas de educação superior, o atual governo tem direcionado alguns programas de ampliação da rede pública, dentre eles o da intensificação de cursos a distância. Considerada como uma modalidade de ensino em crescente expansão, a EAD é vista como uma das possibilidades de promover o desenvolvimento da educação nacional. Com o advento da internet e dos avanços das Tecnologias de Informação e Comunicação o ensino a distância torna-se também hoje em dia um meio propício para a democratização do terceiro grau no Brasil. “Nos últimos anos, a EAD tem recebido um amplo incentivo dos governos em todos os níveis de ensino, com destaque para as políticas públicas no âmbito federal.” (ALVES et al, 2007, p.101)

Essas políticas de diversificação de modalidades de ensino no setor público têm propósitos democratizantes. Além disso, a expansão do sistema educacional superior em todo o Brasil contribuirá para a melhoria da qualidade de ensino público. O Decreto 5.800 de 2006, que regulamentou a Universidade Aberta do Brasil (UAB), estabeleceu, dentre outros objetivos, a formação de professores no interior tendo o Ensino a Distância seu aliado, levando internet banda larga para os municípios do país e criando novas vagas de nível superior para a formação de professores da educação básica (BRASIL/MEC, 2007).

O sistema UAB é constituído por parcerias entre consórcios públicos nos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal), com participação de universidades públicas e demais organizações interessadas. É inegável que o sistema de educação brasileiro vivencia agora um momento histórico tanto para o ensino superior como para o ensino a distância, no qual, novas possibilidades de acesso à educação pública estão sendo delineadas.

O MEC pretende aumentar a oferta de cursos e de pólos nos demais anos que se seguem. Os primeiros cursos aprovados iniciaram as aulas a partir de junho de 2007 com pelo menos 291 pólos de apoio presencial em todo o Brasil. Em 2010, o Sistema UAB criou mil pólos estrategicamente distribuídos no território nacional. Até 2013, o sistema ampliará sua rede de cooperação para alcançar a totalidade das instituições públicas brasileiras e atender a 800 mil alunos/ano.

Segundo o atual ministro da educação Fernando Haddad,

“entre nossas grandes iniciativas de grande importância está a UAB (Universidade Aberta do Brasil), sonho de muitos anos daqueles que acreditaram na aprendizagem a distância como um dos instrumentos ideais para aumentar o acesso ao conhecimento e à certificação de competências no país.” (LITTO & FORMIGA, 2009, p. xiii)

O uso inovador da tecnologia aplicada à educação e, mais especificamente, à educação a distância deve estar apoiado em uma filosofia de aprendizagem que proporcione aos estudantes a oportunidade de interagir, de desenvolver projetos compartilhados, de reconhecer e respeitar diferentes culturas e de construir o conhecimento. Isso é o que se acredita efetivar agora com a política federal de Universidade Aberta do Brasil.

As novas reformas institucionais dentro do sistema de universidades brasileiras são fundamentais para a qualificação profissional e o desenvolvimento do cidadão brasileiro. A modalidade a distância possui características, linguagem e formato próprios, exigindo administração, desenho, lógica, acompanhamento, avaliação, recursos técnicos, tecnológicos, de infra-estrutura e pedagógicos específicos. Essas características ganham relevância no contexto de uma discussão política e pedagógica da ação educativa na globalização contemporânea (BRASIL/MEC, 2008).

A UAB não é uma Universidade física, mas sim um consórcio de instituições públicas de ensino superior. Na realidade, a UAB não é uma nova instituição educacional, pois não tem sede ou endereço. O nome faz referência a uma rede nacional experimental voltada para a pesquisa e para a educação superior (compreendendo formação inicial e continuada), formada pelo conjunto de IES públicas em articulação e integração com o conjunto de pólos municipais de apoio presencial.

O conceito contido neste projeto segue a filosofia da Open University, que tem no termo “aberta” uma forma de pensar a universidade com diversificadas arquiteturas curriculares. Esse modelo de universidade virtual pode garantir importantes melhorias sociais, pois pretende se dirigir a todas as classes econômicas. Seguindo o sentido da palavra “aberta”, a UAB poderia garantir acesso a “todo” o público interessado nos conteúdos veiculados pelas tecnologias informacionais, mais especificamente a rede mundial de computadores. Neste raciocínio, uma universidade aberta a distância no Brasil é legítima, tendo em vista que poderia permitir maior acesso à educação superior. (LITTO & FORMIGA, 2009 p. 12)

O sentido de “aberta” deve ser pensado com cautela, pois alguns autores concordam com a idéia de que a UAB deveria ser liberada até do exame vestibular, seguindo modelos institucionais chamados de *Metauniversidades* que abarcam milhares de estudantes sem o funil do processo seletivo. Por ter o nome de “aberta”, esta universidade deveria garantir também uma escolha personalizada dos cursos de forma que os currículos se disponibilizem para os estudantes de uma forma mais democrática do que há hoje no sistema presencial. Em outras palavras, o acesso não deveria ter restrições econômicas, raciais ou religiosas garantindo um ensino plural, respeitando os limites e as possibilidades de quem cursa e da localidade em que o curso é oferecido.

O Brasil foi o último país com população acima de cem milhões de habitantes a estabelecer uma universidade aberta. A institucionalização da política de educação à distância, no âmbito do Ministério da Educação deu-se por meio de um primeiro Edital publicado no Diário Oficial da União em 16/12/2005, intitulado UAB 1, seguindo-se pelo Decreto Nº 5.800 de 08/06/2006 que regulamentou o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e ainda, de um segundo Edital - UAB 2 que foi publicado em 18/12/2006. Dentre as prioridades do Sistema Universidade Aberta do Brasil destaca-se a concentração de esforços

institucionais visando à formação de professores para o ensino básico. Para tanto, utiliza-se uma estratégia articulada com estados e municípios, permitindo assim, o acesso de um contingente significativo de brasileiros ao ensino superior.

A Tabela 1 apresenta dados quantitativos que demonstram o estado atual do sistema UAB. Em 2009 estão incluídas no contexto, 158 Instituições Públicas de Ensino Superior e, atreladas a elas, 556 pólos. Até então, foram ofertados 583 cursos, totalizando 114.353 vagas. Cabe frisar que destas, 67.855 foram ocupadas. Ou seja, a quantidade de matrículas representa 59,34% do total de vagas.

**Tabela 1. Expansão do Sistema UAB**

UF	N° Pólos	QUANTITATIVOS CALCULADOS NOS POLOS DE CADA UF								N° Alunos Matric.	% Matrículas / Oferta
		N° de IES Atuando	N° Cursos		N° Articulações		N° Vagas Ofertadas				
			Total	FP	Total	Com Oferta Vigente	Total	Dest. a Prof.			
DF	2	1	6	6	9	7	680	60	419	61,62%	
GO	21	4	23	20	128	67	3305	366	840	25,42%	
MS	8	3	13	11	58	43	2545	90	50	1,96%	
MT	15	5	16	9	78	47	2079	215	1049	50,46%	
AL	5	5	17	12	39	35	2877	896	2273	79,01%	
BA	44	13	34	25	174	155	7424	2699	3700	49,84%	
CE	29	8	26	21	121	117	4488	1679	4098	91,31%	
MA	22	3	14	12	139	8	435	118	220	50,57%	
PB	17	5	15	12	101	91	4497	1608	3601	80,08%	
PE	10	5	20	18	72	43	2242	606	974	43,44%	
PI	26	4	13	9	111	64	3419	540	250	7,31%	
RN	11	4	13	11	62	48	2170	205	821	37,83%	
SE	12	1	7	7	73	72	5998	3000	4466	74,46%	
AC	8	2	8	5	33	33	1183	358	720	60,86%	
AM	7	3	11	3	38	31	1438	0	459	31,92%	
AP	3	5	9	5	15	12	650	150	305	46,92%	
PA	33	5	28	22	166	100	4562	850	2005	43,95%	
RO	7	2	4	3	14	12	685	0	30	4,38%	
RR	15	4	13	6	74	72	2434	802	1790	73,54%	
TO	12	5	17	10	29	14	535	85	528	98,69%	
ES	26	4	18	13	218	135	3205	345	2248	70,14%	
MG	58	13	63	52	358	327	16421	2420	11333	69,02%	
RJ	31	10	30	21	202	182	13872	1600	10675	76,95%	
SP	37	19	52	35	195	142	8279	953	5020	60,64%	
PR	37	12	50	40	327	158	8582	1570	3492	40,69%	
RS	43	9	39	24	291	198	8338	600	6172	74,02%	
SC	17	4	24	19	111	38	2010	0	317	15,77%	
	556	158	583	431	3.236	2.251	114.353	21.815	67.855	59,34%	

Fonte: SISUAB acessado em 21/07/2009.

Observa-se que do total de 114.353 vagas ofertadas, o quantitativo de 21.815 foram destinadas a professores, seguindo a atual política ministerial que pretende intensificar os cursos na modalidade à distância para atendimento da capacitação inicial e continuada de professores. Os estados do norte, nordeste e centro-oeste foram responsáveis por mais de 14.000 ofertas de vagas para os docentes em seus programas de capacitação. (LIRA, NUNES, 2010)

Nesse sentido, passa a ser fundamental a definição de princípios, diretrizes e critérios que sejam referenciais de qualidade para as instituições que oferecem cursos na modalidade à distância. Por esta razão, a SEED/MEC apresentou, visando propiciar debates e reflexões, um documento com definição desses Referenciais de Qualidade para a modalidade de educação superior à distância no país. (MEC/SEED, 2007)

Ao final de 2006 constatou-se um rápido crescimento sem a consolidação do sistema de regulação e supervisão específico para a modalidade a distância. Para vencer esse desafio, foi necessário realizar um mutirão envolvendo diferentes órgãos (SEED, INEP, CNE, etc...) e um grande número de docentes (cerca de 400 de instituições públicas e privadas). Alguns problemas no final de 2006 comprometeram a expansão e a democratização do ensino superior via EAD. Uma presença inexpressiva do setor público na oferta global; Inexistência de instrumentos de avaliação (INEP) específicos para EAD; Proliferação de locais de oferta, entre estes, um grande número sem qualificação mínima; Falta de avaliadores com competência e capacitados para EAD; Dificuldade de lançar um olhar detalhado sobre os cursos de EAD com a regulação na Secretaria de Educação Superior; Grande passivo de processos de credenciamento no sistema. Por conseguinte o resultado surtiu efeitos na questão da qualidade, a banalização/precarização da oferta de algumas instituições.

Somente a partir de maio de 2007 é que se pôde ter em mãos os Referenciais de qualidade para a EAD. Em setembro do mesmo ano efetivaram-se os instrumentos específicos para a EAD e em dezembro a SEED assume definitivamente a regulação e supervisão em EAD. Resumidamente o processo de credenciamento para oferta de cursos de ensino superior com EAD funciona da seguinte maneira: é registrado no MEC o processo seguindo uma primeira análise na SEED; Avaliadores coordenados pelo INEP visitam as instituições e os pólos de apoio presencial; A SEED, tendo com base o relatório dos avaliadores e outros elementos, emite um juízo e encaminha um parecer ao Conselho

Nacional de Educação - CNE (a instituição pode recorrer do parecer na CTAA); O CNE julga o pedido de credenciamento seguindo o parecer da SEED que esta decisão cabe recurso. Com base nos referenciais de qualidade, foram desenvolvidos instrumentos de avaliação específicos para: Credenciamento de instituições; Autorização de cursos; Credenciamento de pólos de apoio presencial.

No início de 2008 começaram os processos de supervisão. Sua dinâmica se dá contando com 650 colaboradores que visitam as instituições e os pólos, a equipe da SEED analisa os relatórios, estuda a instituição e apresenta uma nota técnica. A IES e o MEC negociam um termo de saneamento e ela executa, no prazo de um ano, os ajustes acordados; a primeira assinatura se deu em novembro de 2008.

No momento 39 IES estão em processo de supervisão (responsáveis por 81% dos alunos de graduação em EAD) somando 16 termos de saneamento assinados. Três instituições descredenciadas, uma instituição com processo administrativo, três instituições públicas impedidas de oferecer novas vagas, dezenove instituições já visitadas e em processo de preparação da nota técnica, cinco IES com processo de saneamento concluído com avanços significativos (reconhecido pela IES e pelos alunos). Diante deste balanço da dinâmica da supervisão pública da EAD no Brasil chegamos a uma cifra total de 3.800 Polos/CAs irregulares fechados para novas entradas. Claro que este número inclui muitos pólos do setor privado de ensino, mesmo porque a grande maioria de oferta de vagas é deste setor e não do público. No entanto fica aí constado que a EAD não está conseguindo sua eficácia em termos da democratização do ensino superior.

Muitos destes resultados se deveram a algumas falhas existentes no sistema de educação a distância brasileiro: desconexão da Universidade com os alunos; atividades acadêmicas terceirizadas; alguns cursos não eram, na prática, cursos de graduação, pois o material didático não tinha densidade para um curso de graduação, por exemplo, disciplinas com 40 páginas de material impresso e pouco ou nenhum material complementar, sem mencionar que as avaliações realizadas nesse contexto de conteúdo não exigia do estudante conhecimentos compatíveis com um curso de graduação; as avaliações muitas vezes são desconectadas dos docentes das universidades. Por exemplo, provas objetivas corrigidas automaticamente, em cima de um conteúdo aligeirado; alunos com deficiências graves de escrita formando-se em carreiras como pedagogia ou licenciatura em letras; falta de apoio ao

estudante não dispondo de tutoria presencial e a tutoria a distância era quase inexistente; pólos de apoio presencial sem adequação mínima para oferta de educação superior.

De março a junho de 2007 o MEC supervisiona todos os pólos da UAB completando em maio a supervisão de 81% alunos e de 576 Pólos de apoio presencial avaliados no âmbito da Supervisão. O balanço geral ficou o seguinte: 73 pólos apresentaram problemas graves, 133 pólos apresentaram problemas quanto a laboratórios, 8 pólos estão em fase de implantação e/ou adequação, 307 pólos estão com deficiências consideradas não-graves, 37 pólos considerados suficientes e destes 576 pólos avaliados, 18 aguardam credenciamento.

É necessário, entretanto, que seja observado o potencial revelado pela implantação do Sistema Brasileiro de TV Digital – SBTVD – no contexto do Sistema UAB, principalmente se levar em consideração que, de acordo com o IBGE, a TV está presente em mais de 90% dos lares brasileiros enquanto o computador está presente em 31% e com conectividade, ou seja, ligado a internet temos um pouco mais de 15% dos lares. Além da questão da presença da TV nos lares brasileiros, é relevante ressaltar a familiaridade dos cidadãos com tal equipamento quanto ao seu uso. Levanta-se, ainda, a questão de que a utilização da TV Digital - TVD pode auxiliar na diminuição da evasão nos cursos da UAB. De acordo com alguns autores, uma das causas das evasões nos cursos de EAD é a falta da tradicional relação face a face entre professor e alunos o que o torna mais distantes. Dessa forma, a TVD poderia aproximá-los, promover maior contato – virtualmente – e diminuir índices de evasão. (FELIPE, 2009)

A TV digital apresenta-se como ferramenta potencializadora das ações de EAD em todo o Brasil. Por meio dela, será possível, em tese, implantar redes EAD a nível nacional, regional e até estadual. No âmbito do sistema UAB não poderia ser diferente. Em Mota (2007) é destacado que a Universidade Aberta do Brasil precisa da televisão digital e que o sistema UAB pode ter mais competência e sucesso com ela.

A implantação da proposta apresentada possibilitaria um salto na qualidade dos cursos ofertados pelo Sistema UAB. Ela representaria uma conversão de mídias – computador, TV, internet - e possibilitaria um melhor desenvolvimento das atividades dos cursos na modalidade EAD ofertados pela UAB. Resultaria também, muito provavelmente, uma diminuição na evasão dos cursos, uma vez que o aluno que não tem computador pode acessar os conteúdos e desempenhar suas atividades normalmente, a baixo custo, em sua própria

residência. Além disso, o aluno sentirá mais próximo do professor/tutor que perceberá se o aluno manifesta desmotivação e/ou desistências.

Dentre os objetivos prioritários da UAB, destacam-se: a oferta de cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada dos professores da educação básica, a oferta de cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica, oferta de cursos nas diferentes áreas do conhecimento, a redução das desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões e o fomento ao desenvolvimento institucional para a modalidade EAD e suas pesquisas metodológicas e métodos baseados nas TIC.

Para isso sua estrutura operacional funciona da seguinte maneira: nos pólos de apoio presencial, local onde acontecem as atividades presenciais dos cursos, as instituições públicas ofertam os cursos. O MEC mantém, organiza e coordena as ações do Sistema UAB. Além desses elementos, existem os chamados atores: aluno, tutor presencial, tutor à distância, coordenador de pólo, professor pesquisador, professor ou equipe conteudista e coordenador de curso.

De um modo geral, no âmbito da realização dos cursos, tem-se um ciclo de atividades da seguinte forma: os tutores a distância orientam quanto à aprendizagem e ao conteúdo (baseado nas orientações do conteudista e, presencialmente, no pólo de apoio presencial), disponibilizam atividades e documentos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) para que os alunos possam ter acesso e interagem com os outros no auxílio ao aprendizado e dirimindo dúvidas por meio do chat, fóruns e mensagens no ambiente.

Os conteúdos estudados são disponibilizados, de um modo geral, também, em mídia impressa. Além disso, os alunos, por meio do uso das diferentes TIC, pesquisam, trocam informações, esclarecem dúvidas, constroem o conhecimento e desenvolvem a autonomia nos estudos. O acesso às TIC pode acontecer no pólo de apoio presencial, onde há computadores com sistemas multimídias ligados à internet, ou por meio de qualquer computador, seja no trabalho, na residência ou em algum *cyber café*.

Apesar das suas possibilidades expansivas e democratizantes, a UAB quando se apresenta como um Sistema para o Ensino Superior traz em si problemas de ordem prática. Preti (1998) em artigo intitulado, "*Educação a distância e globalização: desafios e*



tendências” sinalizava a problemática de se considerar a proposta da UAB como Sistema ao expressar a criação da primeira Universidade Aberta e a Distância no país.

Preti já anunciava a problemática de uma proposta curricular de educação formal massificada, veiculada pelas mídias, sem considerar as especificidades e necessidades contextuais escolares locais. Pensar um currículo pluriterritorial, é apresentar problemas a partir da sua gênese, pois há uma inviabilidade de atender as pluridiversidades culturais a partir de apenas uma concepção de currículo. Saviani (1996) *apud* Saviani (1999) amplia a discussão sobre o conceito de sistema quando menciona ser “a unidade de vários elementos, intencionalmente reunidos, a fim de formar um conjunto coerente e operante”. Saviani desvela a complexidade de se pensar e transformar em exequíveis as políticas públicas educacionais centralizadas, pela própria incoerência de se pensar soluções generalizantes dos problemas educacionais. Há quase que invariavelmente, consenso sobre os problemas educacionais, mas sobre as soluções há um grande dissenso e tensão. Para ampliar ainda mais a complexidade da idéia do conceito de sistema esse deve ser construído no percurso histórico.

A história do sistema do Ensino Superior, nas universidades públicas brasileiras, construiu-se pautada na exclusão do grande contingente de jovens com idade entre 18 a 24 anos. Ainda hoje, atende-se apenas uma população de, apenas, um pouco mais de 13% desses jovens. Alavancar quantitativamente o valor numérico dos sujeitos ingressantes na universidade, não implica, necessariamente, no alavancar a dimensão qualitativa do processo de ensino-aprendizagem na formação dos sujeitos. (QUEIROZ, 2009)

A despeito da notável expansão quantitativa do sistema educacional, faz-se necessário adaptá-lo às exigências de um estilo de desenvolvimento economicamente eficiente e socialmente democrático, justo e equitativo. Esse estilo de desenvolvimento expresso no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) confunde-se com crescimento em uma lógica neoliberal, ao viabilizar a educação para o maior número de pessoas com o menor custo. Apresentam-se lógicas contraditórias de desenvolvimento social e produtividade, ou seja, em quanto tempo, e qual o custo, do que é produzido. Há contradições ideológicas entre quantidade expressas no termo eficácia e qualidade (democrática, justa e equitativa).

É necessário que as políticas públicas direcionadas para o ensino superior criem investimento que propiciem a formação plena dos sujeitos, não apenas abordagens instrucionistas que favoreçam a lógica do mercado e as exigências estatísticas internacionais.

A UAB pode vir a se tornar um exemplo emblemático dessa condição de massificação e precarização da formação do sujeito na Educação Superior, se não se atentar para a qualidade na modalidade em EAD. No intuito de assegurar o mínimo de qualidade, órgãos públicos, conjuntamente, com a participação de várias instâncias sociais, construíram parâmetros avaliativos de qualidade para a modalidade de educação a distância. Segundo Chauí, a avaliação de toda e qualquer universidade passa a ser caracterizada por qualidade que traz em sua definição competência e excelência, cujo critério, é o atendimento às necessidades de modernização da economia e desenvolvimento social. Muitas vezes, para atender a essas necessidades, as políticas públicas fazem opções de atender o quantitativo educacional ao qualitativo, mesmo que se construa um discurso em documentos oficiais de forma distinta. O PDE toma como centralidade conceptual a qualidade, mesmo que a concepção ideológica sobre qualidade não esteja bem delineada nos documentos.

A atual Política Pública de expansão do ensino superior pode estar sendo construída de forma distanciada de uma “racionalidade social”, cujas expectativas, aspirações e direito dos cidadãos à educação, estejam sendo atendida de forma parcial e desvirtuada para atender, primeiramente, a racionalidade do mercado. Os discursos nos documentos oficiais da educação brasileira, construídos no século XXI apresentam, no corpo do texto, contradições entre a égide da lógica da eficácia social e da eficiência econômica. Apesar das políticas educacionais apresentadas serem arquitetadas em momentos históricos distintos e governos “diferentes”, há a presença indelével da continuidade da política e da econômica no setor educacional, nos moldes da otimização de investimentos econômicos e recursos humanos para atender o maior número de sujeitos. Há preponderância da expansão quantitativa sobre a qualitativa, mesmo que discursivamente, tenta-se conjugar essas dimensões. (QUEIROZ, 2009)

A simples ampliação da capacidade comunicativa via bandalargamento da internet no Brasil, esbarra na resistência e nas dificuldades oriundas da assimilação das tecnologias da informação. Para um significativo contingente de pessoas, pelos mais diversificados motivos, o manuseio de um microcomputador, por exemplo, ainda é uma tarefa de difícil domínio.

Com a ampliação dos espaços de aprendizagem, novos mecanismos de difusão do conhecimento têm se apresentado vantajosos num mundo em que o tempo disponível para ida ao Centro de Formação é cada vez mais raro. No entanto, não importa simplesmente investir em tecnologia, pois o fator motivação precisa estar presente em nível de maior destaque. As razões de empenhar-se pela realização de algo estão presentes em tudo o que se move por instinto humano. Nasce-se em organizações e as tais estão presentes em toda a vida racional terrestre, no entanto, enquanto os motivos estiverem omissos a quem deve executar qualquer que seja a operação, os resultados podem estar comprometidos, uma vez que o indivíduo ainda não enxerga o porquê de fazer o que faz.

A evasão é, certamente, um dos problemas que afligem as instituições de ensino em geral. A busca de suas causas tem sido objeto de trabalhos e pesquisas educacionais. Sobre o tema, cabe ressaltar que se trata de problema internacional e afeta o resultado dos sistemas educacionais. As perdas de estudantes que iniciam e não terminam seus cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos.

Pereira (2003) afirma que os fatores que levam à evasão são divididos entre os fatores referentes a características individuais do estudante; fatores relativos à habilidade de estudo, personalidade; desencanto com o curso escolhido; desinformação no momento da escolha do curso; fatores internos às instituições relativos a questões acadêmicas, tais como currículos desatualizados; rígida cadeia de pré-requisitos para as disciplinas; falta de formação pedagógica ou desinteresse do docente; insuficiência de estrutura de apoio como laboratórios de ensino e de informática; e os fatores externos às instituições; relacionados às condições da profissão no mercado de trabalho; conjunturas econômicas e outros vinculados às dificuldades financeiras do estudante.

Pode-se, ainda, encontrar outras razões para a ocorrência deste fenômeno, como: o rendimento baixo nos primeiros períodos do curso; dificuldades em acompanhar as atividades curriculares devido às carências do ensino médio ou imaturidade dos alunos ingressantes; falta de motivação para fazer o curso; decepção com o curso; dificuldades de conciliar estudo e trabalho; interesse por outro curso ou indecisão quanto ao curso escolhido; avaliação do prestígio ou remuneração que a profissão vai possibilitar; estrutura física da instituição e dificuldades financeiras.

Segundo Abbad et al (2006, p. 1) evasão na **EAD** online refere-se à “desistência definitiva do aluno em qualquer etapa do curso”. As variáveis antecedentes incluíram dados demográficos e de uso dos recursos eletrônicos os resultados mostram que os alunos não concluintes são aqueles que tendem a não utilizar os recursos eletrônicos de interação (mural de notícias, chats, troca de mensagens eletrônicas). De acordo com a autora o papel da tecnologia nessa modalidade é de grande importância, pois ela estimula o indivíduo a interagir mais, navegando pela internet para pesquisar em bibliotecas virtuais.

Há fatores que, historicamente, vêm afetando os níveis de evasão em cursos universitários a distância e que podem ser classificados em três grandes categorias, conforme Xenos et al (2002): fatores internos relacionados às percepções do aluno e seu locus de controle; fatores relativos ao curso e aos tutores; e fatores relacionados a certas características demográficas dos estudantes, como idade, sexo, estado civil, números de filhos, tipo de trabalho ou profissão.

**Tabela 2. Resultados da pesquisa quanto aos principais fatores que influenciam a saída do curso**

<b>Modalidade</b>	<b>PRESENCIAL</b>	<b>A DISTÂNCIA</b>
Fatores relativos à instituição	1° Distância entre a residência e a Universidade 2° Estrutura física do local de ensino 3° Acesso a computador/internet para estudo	1° Distância entre a residência e o pólo de ensino 2° Acesso a computador e internet para estudo 3° Acesso a biblioteca
	1° Ausência dos professores nos pólos/salas de aula 1° Didática dos professores 2° Atendimento do curso às expectativas prévias 3° Qualidade das aulas/encontros presenciais 3° Qualidade do curso de administração	1° Contato com os professores 2° Associação entre teoria e prática 3° Interatividade no ambiente virtual de aprendizagem 4° Qualidade das aulas/encontros presenciais 5° Adaptação à modalidade EaD

Fatores relativos ao curso	<p>4° Motivação e incentivo por parte do tutor/professor</p> <p>5° Orientação da coordenação do curso</p> <p>6° Associação entre a teoria e a prática</p>	<p>6° Critérios de avaliação dos alunos</p> <p>7° Orientação da coordenação do curso</p> <p>8° Contato com colegas do curso</p> <p>9° Meios de comunicação oferecidos para contato</p> <p>10° Atendimento do curso às expectativas prévias</p> <p>11° Qualidade do curso</p>
Fatores relativos ao aluno	<p>1° Estar cursando paralelamente outro curso</p> <p>2° Relacionamento com o tutor/professor</p> <p>3° Tempo para estudar</p> <p>4° Compreensão das matérias</p> <p>5° Problemas profissionais</p>	<p>1° Tempo para estudar</p> <p>2° Problemas profissionais</p> <p>3° Estar cursando paralelamente outro curso</p> <p>4° Desconhecimento prévio a respeito do curso</p> <p>5° Compreensão das matérias</p> <p>6° Reprovação em mais de uma matéria no mesmo semestre</p> <p>7° Relacionamento com o tutor</p> <p>8° Adaptação ao sistema universitário em relação ao ensino médio</p> <p>9° Carga horária semanal de trabalho</p> <p>10° Influência familiar</p>

<p>Perfil do evadido</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Saída por abandono</li> <li>- Masculino</li> <li>- 15 a 24 anos</li> <li>- Renda familiar se 7 S.M. sem mudança após saída</li> <li>- Não trabalha</li> <li>- Não cursava ensino superior ou possuía um</li> <li>- Atualmente cursa ensino superior</li> <li>- Ambos os pais de escolaridade de ensino superior completo / pós-graduados</li> <li>- Não ficou nenhum período sem estudar antes de entrar no curso</li> <li>- Nenhuma ação por parte da UFAL o impediria de sair</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sexo masculino</li> <li>- 25 a 29 anos</li> <li>- Casado e sem mudança no estado civil</li> <li>- Renda familiar de 1 a 3 S.M., com mudança na renda após a saída</li> <li>- Trabalhava durante a época da saída</li> <li>- Não cursava ensino superior ou possuía um completo</li> <li>- Atualmente não cursa ensino superior</li> <li>- Ambos os pais de escolaridade de ensino fundamental completo / médio incompleto</li> <li>- Não passou nenhum período sem estudar antes de entrar no curso</li> </ul>
--------------------------	---	---

Fonte: (Silva, 2009)

Um estudo realizado pela USP indica que metade dos alunos que evadem os cursos de graduação, cerca de 45%, atribuem a desistência pela escolha errada na hora do vestibular. Além disso, 30,7% dos alunos não gostaram da estrutura do curso que ingressaram. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2005)

O Plano Nacional de Educação (PNE) do Brasil, assinado no ano de 2000, traz como importante objetivo educacional “prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos”. (BRASIL, 2000) Percebeu-se que foi impossível alcançar essa meta até o final da década estabelecida. Dessa forma, a educação a distância pública (UAB) tende a se tornar cada vez mais um elemento regular dos sistemas

educativos, necessário não apenas para atender às demandas e/ou grupos específicos, mas assumindo funções de crescente importância. (BELLONI, 2006)

Diante deste contexto, o governo brasileiro criou a UAB para oferecer ensino superior aos municípios brasileiros que não o têm ou cujos cursos existentes não são suficientes para atender a todos os cidadãos. Na educação mediada por tecnologias, o docente passará de transmissor de conhecimento para facilitador de aprendizagem. O papel do docente será o de facilitador, orientador, etc. do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes nos ambientes educativos virtuais (BARBERÀ et al., 2006).

Para Aretio (2002), os sistemas de ensino a distância são estabelecidos geralmente para atender a uma população adulta que aprende e se manifesta de maneira diferente às crianças, adolescentes ou jovens. O aluno dos cursos a distância é um indivíduo geralmente maduro com uma história vivencial cheia de experiências, conhecimentos, capacidades, hábitos, atitudes, condutas e interesses em seu próprio processo de formação. O autor apresenta uma relação de fatores que parecem os mais significativos como causas de abandonos e de baixos rendimentos: (1) O material didático não é apropriado; (2) Os autores dos materiais e as equipes docentes dosaram mal as tarefas que devem desenvolver o aluno para o estudo da matéria; (3) As emissões de áudio não escuta-se ou o som é escasso; (4) Realizam-se poucas seções de tutoria ou as tutorias são deficientes.

A educação a distância é modalidade de ensino que apresenta um elevado nível de crescimento no Brasil e no mundo todo. Dessa forma, suas particularidades não podem mais passar despercebidas pelo Estado brasileiro. Visto que 30,7% dos alunos, de acordo com a pesquisa da USP, desistiram do curso por não gostar da estrutura do curso é necessário o acompanhamento da percepção do estudante quanto ao curso. Principalmente quando se refere a curso a distância, que promove a economia de escala, as desistências geram desperdícios financeiros, e dificultam os esforços em democratizar o ensino superior no país. (VITAL, 2009)

Favero (2006) coloca o diálogo como principal instrumento para permanência do aluno no curso a distância, que deve ser acompanhado pela identificação das necessidades desse aluno e facilitação do acesso deste à estrutura do curso. Dentro da dimensão ‘diálogo’, a questão da linguagem e do simples transporte de didáticas presenciais para EAD são

problemas a serem superados. A situação laboral e familiar, a cultura e o próprio perfil demográfico do aluno podem induzir a uma desistência do curso.

Outras questões como, tecnologia utilizada, preparação do professor e tutor, estrutura dos pólos e a organização e planejamento geral do curso – na dimensão estrutural da EAD – também são potenciais causadores de evasão. Na dimensão ‘autonomia’, situações como gerenciamento do tempo, flexibilidade de horário, orientação do professor, acompanhamento do tutor e acesso ao conteúdo, podem se transformar em razões para evasão.

A forma de abordagem do aluno pode ser aprimorada buscando as possibilidades das relações afetivas entre alunos-alunos e alunos-formadores, desenvolvendo a empatia e diminuindo a distância entre o aprendiz, tutor e professor, ou seja, construindo relações afetivas em prol do processo de ensino-aprendizagem a distância. (MENDES, 2009) Com a afetividade espera-se também conter a evasão, pois alunos motivados melhoram suas relações e, assim, desenvolvem de forma enriquecedora o conhecimento.

É notório que as Tecnologias de Informação e Comunicação são importantes ferramentas para a transformação radical da educação brasileira. Especialistas indicam que o Brasil moderno e justo só será possível se os extratos da sociedade estiverem ligados à comunidade digital e à grande rede de informações. Assim, é fundamental assegurar ambientes interativos com base em tecnologias comunicacionais, de acesso digital ao conjunto da sociedade brasileira.

O mundo contemporâneo se modifica constantemente, principalmente no campo tecnológico e midiático, resultando em mudanças significativas no ato de ver, sentir e aprender do ser humano. Nesta era, as tecnologias e mídias se apresentam como ferramentas indispensáveis para o desenvolvimento da vida intelectual do ser humano; elas estimulam a formação de comunidades que possuem um grande potencial cultural, informacional e educacional a ser explorado.

Segundo Neder in Preti (2005) a educação a distância é apontada como uma possibilidade de (re)significação paradigmática no contexto do processo de formação de professores, pois esta modalidade favorece a interação entre os sujeitos, propiciando o diálogo, a troca, a construção coletiva, na qual o professor assume um novo papel no processo de ensino aprendizagem, não somente de transmissor de conhecimentos, mas



assume juntamente com os alunos uma posição de parceria. Dessa forma a autonomia do aluno é um dos ideais educativos, pois ele é estimulado a buscar, exigindo assim, um grande comprometimento com a construção do conhecimento.

Em um contexto mais teórico de EAD, é possível identificar três dimensões para explicar como deve se desenvolver a UAB: diálogo, estrutura e autonomia. A atenção dada a essas três dimensões pode ser encontrada em Peters (2001), Moore e Kearsley (2007) e Keegan (1993). Por *diálogo* entende-se a forma de interação/conversação positiva entre professores e/ou alunos, os componentes, propiciando um equilíbrio entre falar, pensar e agir. Moore e Kearsley (2007, p.241) acreditam que o diálogo “ajuda a focalizar a inter-relação de palavras e ações e quaisquer outras interações de professor e aluno quando um transmite a instrução e outro responde.” Por *estrutura* entende-se a formação planejada e regulamentada do curso, a maneira como ele é apresentado e conduzido. Na visão de Peters (2001, p.86), estrutura é uma concepção “fechada, por estar voltada de modo conseqüente para a consecução de um objetivo, planejada passo a passo, regulamentada quanto ao tempo, bem como controlada e avaliada uniformemente”. Por *autonomia* entende-se a emancipação pedagógica e autodeterminação do estudante que tem a liberdade de ser sujeito da educação. Nas palavras de Paulo Freire (1996), a autonomia é um dever ético do docente, que deve respeitar a curiosidade do educando e estimular sua aprendizagem.

Da mesma forma que as causas que contribuem para evasão são diversas, o grau de desistência nas IES também não é constante, e a falta de estudos aprofundados e conclusivos sobre o tema dificulta a determinação de um índice aceitável de evasão. Maia e Meirelles (2003) mostram em suas pesquisas que a evasão no curso a distância varia de 1 a 68% dependendo da estrutura do curso, da tecnologia utilizada, da adaptação do aluno, ou ainda, da natureza do curso. Favero e Franco (2008), como panorama geral da EAD, apontam dados em que a evasão fica entre 21 e 62%, a depender de quem certifica o curso (MEC ou instituições privadas), e de 8 a 30% de acordo com o grau de ‘presença’ dos cursos. O Anuário Brasileiro Estatística de Educação Aberta e a Distância, com base nos dados coletados até 2006 nos diversos cursos a distância, coloca em 30% o índice aceitável de evasão. (ABRAEAD, 2007)

Dentro desse contexto, o governo brasileiro investe em EAD, uma vez que ela pode ampliar a oferta de cursos, chegando a mais pessoas, e sem perder a qualidade. A

Universidade Aberta do Brasil articula universidades federais, estaduais e centros tecnológicos para o oferecimento de cursos a distância em diversas áreas. Pretti [apud RIBAS, 2008] fala que a EAD “deve ser compreendida como uma modalidade de se fazer educação, de se democratizar o conhecimento.” Essa democratização reflete na expansão prometida pela UAB, e no número cada vez maior de vagas oferecidas. Contudo, a exemplo dos demais cursos superiores, os índices de evasão aparecem como entrave para esse “sucesso”. A falta de dados concretos dificulta o diagnóstico real da situação, e com isso ações para reverter o problema não são tomadas.

Diante do panorama das políticas públicas brasileiras de educação, a Universidade Aberta do Brasil foi criada em meio ao Fórum das Estatais pela Educação, no ano de 2005, com a missão de formar professores – objetivo antigo do Governo Federal, com programas como PEC e PROCAP. (GATTI, 2008) Sua proposta é a articulação das instituições de ensino superior (IES) existentes, com o objetivo de: desenvolver a modalidade de educação a distância, com a finalidade de **expandir e interiorizar** a oferta de cursos e programas de educação superior no país, além de **ampliar o acesso** à educação superior pública levando tais cursos às diferentes regiões do país. Oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e apoiar a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, pretende-se atingir objetivos sócio-educacionais com a colaboração da União com entes federativos, e estimular a criação de centros de formação permanentes por meio dos pólos de apoio presencial. (UAB, 2009b)

Segundo dados da UAB, atualmente são 92 instituições públicas articuladas sendo que 49 são federais, 27 estaduais e 16 institutos federais de tecnologia. O total de pólos de apoio presenciais ativos hoje é de 587, 80 no norte, 198 no nordeste, 49 no centro-oeste, 155 no sudeste, e 105 no sul do país. Já são mais de 980 cursos oferecidos pelo Sistema em todo o Brasil com mais de 200 mil alunos, 86.911 deles, ou seja, 43% fazendo licenciatura. Além do curso de bacharelado e licenciatura em diversas áreas do conhecimento, a UAB oferece cursos de capacitação para gestores da educação, especialização, mestrado, aperfeiçoamento, tecnológico, seqüencial e de extensão. Ao todo são 203.820 alunos cadastrados, 153.575 alunos cursando, 11.465 alunos formados e 38.780 alunos trancados ou desvinculados dando uma porcentagem de 19,02% de evasão. (UAB, 2009)

Em parceria com a Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC) e com o Banco do Brasil, a UAB deu início ao curso-piloto de Administração a distância, que é resultado das primeiras ações de articulação com as Instituições Federais e Estaduais de Ensino Superior. As instituições de ensino superior têm autonomia para determinar os locais dos pólos de suporte presencial, bem como a infra-estrutura que será disponibilizada e o sistema de tutoria que é responsável pelo acompanhamento do estudante com o intuito de facilitar a interatividade e identificação das dificuldades de aprendizagem; a UAB selecionou e acompanhou o sistema e o Banco do Brasil financiou o projeto, bem como é usuário do mesmo, com parte das vagas destinadas aos seus funcionários.

A literatura indica que as motivações relativas aos alunos são mais decisivas para a evasão concretizar-se. Problemas em uma das dimensões (diálogo, estrutura e autonomia) também contribuem para esse resultado, em especial quando se trata de diálogo e interação (MOORE; 2007). A comissão de gestão do curso piloto identificou que as principais causas para evasão no curso piloto são: falta de habilidade dos tutores, problemas com utilização da plataforma de aprendizagem (AVA); falta de tempo/acumulo de atividades; descrédito sobre o curso; problemas pessoais; conteúdos ministrados.

O lançamento de um curso-piloto é interessante para avaliar essa política e mais ainda para aproveitar melhor suas possibilidades. O curso de administração consolida todos os esforços para o desenvolvimento da modalidade a distância para a formação superior, mostrando que é possível atender uma grande demanda, democratizando o acesso à educação, sem perder a qualidade do ensino.

A UAB tem seu propósito se considerado que apenas 10% dos jovens entre 18 a 24 anos têm acesso ao ensino superior (ZUIN, 2006, p. 942). Nesse sentido, ela se mostra uma oportunidade real para atingir lugares mais distantes, aqueles que a Escola tradicional presencial não foi capaz de acolher, por esse ou outro motivo. A Universidade Aberta se orienta pelas parcerias com as universidades públicas e demais interessadas por meio de consórcios públicos em ambas as esferas governamentais. Ao se interessar pelo programa UAB, as prefeituras podem associar-se a Secretaria de Educação do Estado e organizar os pólos presenciais, que são locais descentralizados de “funções didático-administrativa de cursos, consórcio, rede ou sistema de educação a distância, geralmente organizada com o

concurso de diversas instituições, bem como com o apoio dos governos municipais e estaduais” (BRASIL, 2009).

Com a UAB, o sistema de ensino superior brasileiro foi ampliado, possibilitando o uso de tecnologias de informação e comunicação, materiais didáticos e redução de tempo e de recursos. Além disso, promete também a capacitação de pessoal em locais onde o acesso a educação superior seria impossível, em função do alto investimento de implantação de novas universidades.

A expansão do setor privado no governo de Fernando Henrique Cardoso não efetivou a tarefa de atender a demanda por educação superior se for considerado o crescimento do percentual de vagas não preenchidas neste setor. Consta no Plano Nacional de Educação (PNE) a meta de matricular 30% da população de 18 a 24 anos no ensino de graduação até 2011 e para atingi-la, além do crescimento econômico, um conjunto de medidas de políticas públicas, entre as quais a ampliação dos investimentos do setor público na área educacional, por intermédio de mudanças no sistema tributário nacional, será necessária. (CASTRO, 2004)

A proposta orçamentária para 2010 do MEC previu um aumento de 31% em relação ao ano de 2008, saindo de um patamar de R\$ 6,3 bilhões para R\$ 8,3 bilhões os gastos federais com o ensino superior. Um dos artigos da proposta propõe que os gastos com pagamento com inativos não sejam incluídos como despesas com o ensino, mas sejam incorporados ao regime da Previdência Social.

A proposta da UAB apresenta uma justificativa de criação bem análoga à do Cederj, consórcio formado em 2002 pelas universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro: pólos educacionais nos municípios; sistema de tutoria presencial nos pólos municipais e a tutoria a distância nas instituições de Ensino Superior; pagamento de bolsas tanto para tutores como para coordenadores de disciplinas. Assim como ocorreu com a proposta de expansão de matrículas nos níveis de graduação e pós-graduação, que deu origem ao Cederj, a universidade aberta também é fruto de uma política pública mais do que de um projeto educacional. No caso da UAB, trata-se de uma política agressiva de expansão quantitativa de vagas na rede pública de educação superior, pelos números que pretende alcançar e pelos mecanismos de adesão que adota.

No entanto, o importante para a democratização do ensino é diversificar os cursos oferecidos e não apenas ofertar os cursos mais tradicionais como direito e administração. Democratização não seria apenas o aumento quantitativo das vagas, mas também a diversificação dos currículos profissionais, já que o capitalismo flexível transformou as opções de emprego. Democratizar significa também diversificar e não apenas aumentar a quantidade de vagas dos mesmos cursos que já formaram muitos profissionais que o mercado não consegue absorver.

Faz-se necessário também investimentos que viabilizem qualidade para assegurar a formação dos sujeitos partícipes do contexto educativo. Chauí (2003, p.34) faz uma crítica à lógica de compreender a educação como um gasto público, se a intenção for tomar a universidade pública por uma nova perspectiva. É preciso começar exigindo, antes de tudo que o Estado não tome a educação pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político, o que só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio, nem um serviço.

O Ministro da Educação, Fernando Haddad salienta sobre a Universidade Aberta do Brasil:

[...] construído em estreita colaboração entre as três esferas de governo, as instituições de educação superior e a sociedade civil, [e que] será um divisor de águas no tocante à solução definitiva do problema da carência de professores na educação básica, bem como da democratização do acesso dos jovens à educação superior pública, gratuita e de qualidade. (Haddad, 2006, p.8)

Em 2007 as ações iniciadas na Secretaria de Ensino à Distância do Ministério da Educação, por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil migraram para a recém atualizada estrutura organizacional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Através da Lei 11.502/07 e do Decreto 6.316/07 a CAPES garante um porto seguro para a UAB com a criação da diretoria de educação a distância (DED). A logística começa com o convênio entre as IFES e a CAPES, onde é confeccionado um Projeto Básico de implantação, manutenção e oferta de cursos, que será aprovado pelas instâncias competentes nas IFES e depois será analisado e aprovado pela CAPES. Nos Projetos Básicos devem constar todos os custos necessários para atender as demandas dos cursos como, por exemplo, despesas com pagamento de bolsas para professores, coordenadores e tutores,

despesas com material de consumo, despesas com material permanente e despesas com a contratação de serviços de pessoas físicas e jurídicas. (COSTA, 2009)

A Lei n.º 11.273/06, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica é requisito para a continuidade do programa UAB nas IFES. A Resolução CD/FNDE n.º 24/08, que trata das condições de apoio financeiro da CAPES para o Sistema UAB, é responsável pelo aporte de capital nos projetos para a universidade aberta. Para o ano de 2009 foram orçados 385 milhões de reais entre custeios gerais e bolsas. Para o ano seguinte o montante foi de 819 milhões.

A direção executiva da UAB (DED) apóia suas decisões gerenciais e seu planejamento estratégico num conjunto de fóruns, de caráter consultivo, e no Grupo Assessor, de caráter deliberativo. Os fóruns representam, por sua organização e atividades, o conjunto de interesses em todos os níveis do sistema. Dessa estrutura fazem parte os Fóruns de Áreas, os Fóruns Regionais, o Fórum Nacional e o Grupo Assessor. A Diretoria de Educação a Distância, gerenciada na CAPES, é composta da Coordenação-Geral de Infraestrutura de Polos; da Coordenação-Geral de Articulação Acadêmica; da Coordenação-Geral de Supervisão e Fomento; e da Coordenação-Geral de Política de Tecnologia de Informação.

Apesar de a UAB agora ter esta estrutura organizacional ligada a CAPES e dividida entre as diretorias e coordenações, muitos problemas de institucionalização ainda perduram. Nos fóruns regionais e nacionais muitos problemas são abordados com o estabelecimento da carga horária dos professores; o material didático que precisa de atualização de noções de direitos autorais; a construção de um banco comum de imagens para assim efetivar o compartilhamento dos materiais didáticos; estabelecer cronogramas de financiamento do DED alinhados com os das IES; os estudantes UAB precisam de representação na IES para terem direitos equiparados. No processo de institucionalização da UAB, estas debilidades são alguns exemplos que a UAB está enfrentando para concretizar seus ideais de democratização do ensino.

Talvez alertados para os problemas que vêm sendo apontados em relação ao funcionamento dos pólos na rede privada de educação a distância, especial atenção foi dada à definição dos requisitos básicos para a implantação de um pólo pelos municípios, montando-

se até um exemplo ilustrativo dos itens e valores que devem constituir o projeto de adesão à UAB. Nele constam: (a) as dependências administrativas, o equipamento e o mobiliário especificado por dependência administrativa; (b) os recursos humanos referentes à equipe técnica, administrativa e docente (tutores presenciais e coordenador). No formulário de 19 páginas de avaliação de pólos, disponibilizado pelo MEC, no Portal da UAB, é possível verificar que ele tesce em minúcias, no que se refere ao mobiliário e ao equipamento; entretanto, dedica apenas meia página à especificação dos recursos de tutoria e equipe de apoio ao estudante.

Tavares e Ramalho (2007) descreveram a experiência de interiorização e democratização da educação superior pela UFAL, com base no seu plano institucional e nas expectativas do Programa de Expansão da Educação Superior Pública do Ministério da Educação. Sem mencionar explicitamente a UAB, os autores contribuem na indicação de caminhos para a questão da múltipla territorialidade geográfica das IES, propondo duas medidas importantes: (a) uma avaliação diagnóstica dos futuros campos de atuação que leve em consideração as regiões naturais, suas vocações econômicas e a demanda regionalizada e potencial por educação superior, atendendo, assim, às necessidades e expectativas existentes; (b) a adoção de uma modelagem administrativa inovadora, em relação ao modelo original da UAB, na medida em que estabelece os campi como espaços intermediários entre os pólos e a sede da universidade, criando, assim, um ambiente de vida universitária para os alunos da região atendida, na sua fase de formação profissional.

Essa é uma reflexão que traz a discussão se a UAB é possível de democratizar ou não. Mesmo com sua potencialidade de desterritorializar o ensino e expandir seus limites territoriais, esta política de Estado deve pesquisar as condições sociais econômicas das comunidades envolvidas e as demandas que cada região necessita. Não adianta oferecer os cursos para muitas regiões e os alunos não permanecerem no curso. A expansão quantitativa deve ser cautelosa.

Na verdade, os resultados dos alunos nas avaliações dos cursos presenciais ou à distância sempre demandam discussões, elaboração de estratégias e instrumentos que possibilitem a recuperação daqueles que não tiveram uma aprendizagem satisfatória. O nível de exigência dos cursos, levando os alunos a uma mudança de comportamento, inicialmente

descompromissado, para outro de estudos autônomos e até mesmo na construção de grupos de estudo com encontros constantes nos pólos.

A Universidade Aberta do Brasil apresenta em seu corpo discursivo como prioridade alavancar o contingente quantitativo para expressar em seguida, a dimensão da qualidade. Para possibilitar esse salto quantitativo, os usos das tecnologias acenam como um canto de sereia. Não é necessário ser nenhum especialista para compreender a otimização de recursos ao adotar um programa de formação como a Universidade Aberta do Brasil via TIC. Para concluir esta pesquisa o próximo capítulo vai analisar o caso da Bahia para levantar dados concretos sobre a democratização do ensino superior no Estado.



### 3. UAB na Bahia: Estudo de caso

Este capítulo final delinea o objeto da presente pesquisa de mestrado. A democratização do ensino superior agora será vista sob um estudo de caso, o caso do Estado da Bahia. Estabelecida a metodologia, aplicada as devidas entrevistas e feita a coleta de dados, agora inicia-se o momento de demonstrar como se desenvolveu a expansão da Universidade Aberta do Brasil na Bahia e sua contribuição para a democratização do ensino superior no Estado em relação a alguns Estados brasileiros.

A ideia inicial de implantar um sistema integrado em rede de universidades públicas na Bahia aconteceu antes do Decreto 5.800 que instituiu a UAB. O Consórcio Bahia, composto por Instituições de Ensino Superior (IES) baianas, conveniadas por meio de instrumento jurídico foi uma mobilização das universidades públicas e inicialmente duas universidades privadas (Universidade Católica do Salvador e UNIFACS) correspondeu a uma tentativa de resolver os problemas de demanda por qualificação profissional na rede pública de ensino básico do Estado. Já existia esta preocupação de criar um programa para aumentar a oferta de vagas de nível superior no estado como se demonstra no segundo artigo do Regimento do Consórcio Bahia.

**Art.2º-** O Consórcio Bahia tem como objetivo a democratização do acesso ao Ensino Superior mediante a implantação de uma rede de formação inicial e continuada de profissionais, através da oferta de cursos de graduação, pós-graduação e de extensão universitária. (REGIMENTO CONSÓRCIO BAHIA)

Criado em 20 de março de 2007, tendo como consorciadas a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), a Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) e o Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET-BA), enfatizou a inclusão social e digital, a democratização das tecnologias de informação e comunicação (TIC), através da implantação de uma rede de formação constituída pelas instituições públicas de ensino superior, no cenário

contemporâneo das demandas ressaltadas pelas políticas sociais de EAD no Brasil. (CONSÓRCIO BAHIA)

O papel estratégico do Consórcio foi de reafirmar o objetivo das instituições públicas na formação inicial e continuada do grande contingente populacional do Estado. O Consórcio considerou fundamental a garantia da qualidade dos processos de formação que utilizam como base material as tecnologias digitais. Dando ênfase nas Tecnologias da Informação e Comunicação.

No âmbito da política governamental, de acordo com Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI - (2005), o Governo do Estado da Bahia pretendia construir uma política para o setor das TIC, cujas linhas de ação pretendiam alterar os indicadores estaduais no setor e tornar o Estado uma referência para a situação tecnológica mundial e para o contexto educacional e profissionalizante.

Estava proposto também a construção da Rede de Videoconferência sob uma infraestrutura moderna de tecnologia de comunicação e informação digital que possibilita a transmissão e recepção de imagem e som entre dois ou mais pontos distantes entre si, permitindo a interação em tempo real entre seus participantes. Dentre os seus benefícios se destacaram:

- Ampliação do acesso à Educação;
- Redução de custos;
- Otimização de tempo e espaço;
- Socialização das experiências;
- Unificação da Informação;
- Maior aproximação entre diversos elementos que compõe o sistema educacional;
- Otimização da Gestão Corporativa no Estado.

A Rede de Videoconferência montada possuía 40 auditórios e 04 Estúdios distribuídos estrategicamente em 31 Municípios do Estado da Bahia, podendo também convergir com

outras tecnologias da comunicação como o Streaming e a Teleconferência, ampliando assim seu alcance.

Em suma, a criação do Consórcio firmado entre as Instituições de Ensino Superior públicas surgiu com o propósito de consolidar a política de formação e a cultura tecnológica no âmbito do Estado da Bahia, além de discutir, refletir e aprofundar cientificamente questões ligadas ao ensino à distância, “indo além da mera transposição dos cursos presenciais para os ambientes de EAD, propondo novas metodologias e tecnologias que subsidiem as práticas pedagógicas na modalidade a distância, e que repercutam também no ensino presencial”.  
(CONSÓRCIO BAHIA)

Com relação a certificação dos cursos, cada instituição consorciada é responsável acadêmica e administrativamente pelos alunos matriculados na sua instituição, vinculados aos pólos que estão dentro da sua área de abrangência. Dessa forma, cada instituição foi responsável pela certificação destes alunos, atendendo as exigências legais que se configuram necessárias para tal fim.

Não caberia ao consórcio definir a configuração que cada uma das Instituições de nível superior iria aplicar, contudo, sugeriu-se uma estrutura mínima, tomando-se como referência a estrutura adotada pela UNEB, que poderia nortear as consorciadas na sua atuação nesta modalidade. Essa estrutura deveria ser composta por um grupo de trabalho multidisciplinar, face à diversidade de saberes e práticas que permeiam a produção, operação e manutenção de cursos a distância, envolvendo profissionais das áreas de pedagogia, design, sistemas de informações, letras, administração.

A hierarquia da estrutura administrativa do Consórcio seria a seguinte: uma Direção, Vice-Direção e Secretaria; uma acessória de relações internacionais; coordenação pedagógica de EAD; núcleo de ensino de graduação; Núcleo de extensão; Núcleo de pesquisa; Núcleo de apoio a professores e alunos; Núcleo de ensino de Pós-Graduação; Coordenação tecnológica; e alguns GTs pra discussão sobre as tecnologias usadas.

Além da capacidade instalada das instituições consorciadas, conforme sugerido nesta proposta, o Consórcio de Universidade Públicas da Bahia, formalmente constituído através da assinatura de um instrumento de consorciação contou com a parceria da Secretaria de

Educação do Estado da Bahia e de diversas prefeituras, integrantes e postulantes da rede de pólos da UAB no estado.

Além disso, o Consórcio Bahia firmou parceria com o Instituto Anísio Teixeira (IAT), órgão em regime especial da Administração da Secretaria de Estado da Educação do Estado da Bahia, responsável pela formação de professores da Rede Estadual, bem como o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB), autarquia da Secretaria de Estado da Cultura do Estado da Bahia. O material didático e as interações a distância seriam veiculados por diferentes meios: impressos, correios, fax, telefone (linhas do sistema 0800), rádio, televisão, computador, Internet, vídeo-conferência, teleconferência e encontros presenciais nos pólos.

Com a institucionalização da UAB em 2006 o Consórcio Bahia teve que se desvincular das instituições privadas permanecendo somente as públicas. Neste sentido o Consórcio tinha como atribuições: promover a integração entre as Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) baianas para a oferta de cursos de educação a distância; auxiliar as IPES a organizar a oferta de cursos na modalidade a distância no Estado da Bahia, levando em conta as demandas regionais e do próprio Estado, respeitadas suas competências e vocações; promover a reunião de esforços na oferta de cursos de educação a distância, através do compartilhamento de recursos, sistemas e soluções metodológicas produzidas em cada uma das IPES, e da transferência de tecnologias desenvolvidas entre as IES convenientes; atuar junto aos órgãos governamentais no sentido de obter apoio e incentivo para as ações relacionadas à educação a distância da Bahia.

A partir da Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007, determinou-se que a formação inicial e continuada de professores para a educação básica ficaria a cargo da CAPES. A UAB passou, então, a ser gerenciada por essa instituição. A CAPES, agência de fomento até então voltada para a pesquisa e formação de pessoal de alto nível no país, a partir da promulgação da Lei 11502 e sob regulamentação da portaria nº 609, de 20 de maio de 2008, passa a contar, em sua estrutura com o Conselho Técnico-Científico da Educação Básica (CTC-EB) e as Diretorias de Educação Básica Presencial (DEB) e de Educação a Distância (DED), voltando sua atenção para a Política Nacional de Formação de Professores.

O primeiro curso da UAB a ser implementado foi um curso piloto de administração financiado pelo Banco do Brasil sendo destinados aos seus funcionários. A Universidade do Estado da Bahia ofereceu este curso em dez cidades baianas: Barreiras, Guanambi, Irecê,

Jacobina, Juazeiro, Paulo Alfonso, Salvador, Santo Antônio de Jesus, Serrinha e Teixeira de Freitas. As primeiras turmas estão em fase de conclusão atualmente.

Em seguida, em 2007, a UAB publica o seu primeiro edital para oferta de vagas a distância nos pólos de apoio presencial. Esta primeira chamada foi somente para instituições federais, por isso nenhuma das quatro universidades estaduais baianas ofereceu cursos. As instituições que ofereciam os cursos foram: UFBA, UFOP, UFPB, UFRPE, UNIFEI, UFAL, UFMG, UFES e FIOCRUZ. O interessante, como se pode notar é que até universidades de outros Estados estão disponibilizando cursos para o interior da Bahia. Os cursos de letras, química ou biologia, por exemplo, estão agora acessíveis para a população de municípios como Itamaraju, Paratinga e Jacarací. (BRASIL/MEC, 2007) O ponto negativo seria que somente a UFBA, com seu curso de licenciatura em matemática, foi a única instituição baiana que poderia ofertar vagas no sistema UAB. A maioria dos cursos no primeiro edital UAB na Bahia foi de instituições de outros estados do país. Além disso, o curso de licenciatura de matemática da UFBA só foi iniciar dois anos mais tarde devido a problemas infra-estruturais e atrasos nas qualificações dos tutores.

O segundo edital UAB já contou com universidades baianas para a expansão da oferta de ensino no interior do estado. A UNEB e UESC ofereceram nove cursos: Biologia, Educação a distância, Física, Geografia, História, Letras (português), Matemática, Pedagogia e Química para 25 cidades baianas.

As chamadas da UAB III e IV não foram no formato de edital, assim como as duas primeiras vezes. Apenas na UAB IV três cursos de mestrado de três universidades baianas (UFBA, UESB, UESC) foram aprovados.

Outras chamadas para aumento de oferta de vagas estão disponíveis no portal da UAB para consulta. São elas: MIDIAS e MIDIAS SEED; PNAP e SECAD nas suas versões I, II, e III. Na chamada MIDIAS, a BAHIA só foi contemplada com dois cursos oferecidos pela UESB, um de extensão e outro de especialização que atuam em 20 pólos baianos. A chamada PNAP garantiu mais 4 novos cursos para 42 pólos baianos. As chamadas SECAD I, por sua vez, aumentou em 3 o número de cursos oferecidos pela UFBA mas que até agora não estão atuando em nenhum pólo. O SECAD II ofereceu mais 7 cursos para 21 novos pólos. O terceiro SECAD abriu mais 12 cursos, mas ainda não garantiu a oferta de cursos em todos os pólos (somente para 12).

Um grande salto quantitativo na oferta de vagas de nível superior na Bahia foi o Plano Nacional de Formação de Professores instituído pelo Decreto 6.755 de janeiro de 2009. Sua finalidade é de organizar, em regime de colaboração da União com os estados, Distrito Federal e municípios, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da educação básica. O Plano Nacional garantiu mais 19 cursos de licenciatura a distância.

O Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica é resultado da ação conjunta do Ministério da Educação, de instituições públicas de educação superior (IPES) e das secretarias de educação dos estados e municípios, no âmbito do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (PDE), que estabeleceu no país um novo regime de colaboração da União com os estados e municípios, respeitando a autonomia dos entes federados.

A partir de 2007, com a adesão ao PDE, os estados e municípios elaboraram seus respectivos Planos de Ações Articuladas (PAR), oportunidade em que refletiram suas necessidades e aspirações, em termos de ações, demandas, prioridades e metodologias, visando a assegurar a formação exigida na LDB para todos os professores que atuam na educação básica.

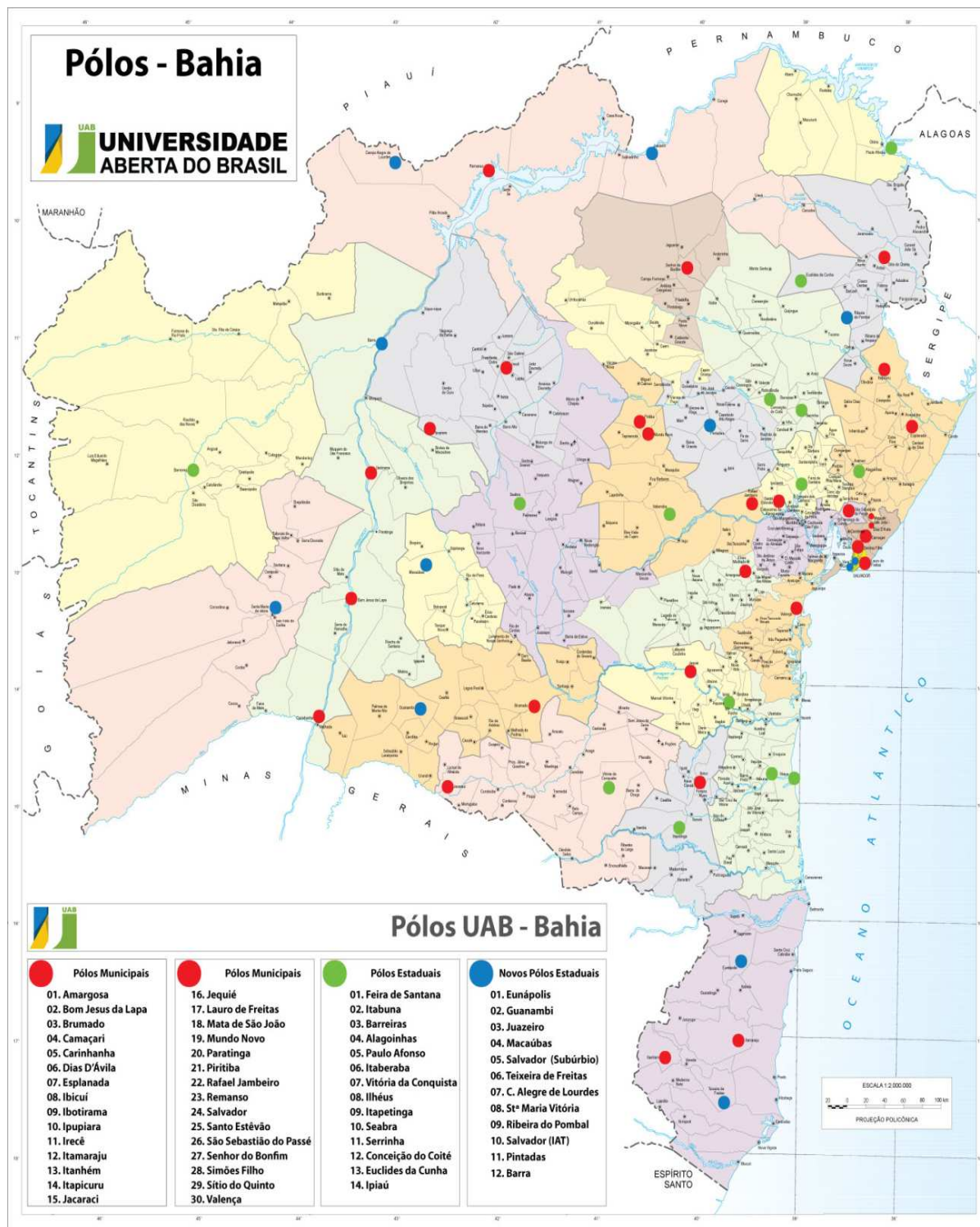
Organizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES o Plano Nacional de Formação é destinado aos professores em exercício das escolas públicas estaduais e municipais sem formação adequada à LDB, oferecendo cursos superiores públicos, gratuitos e de qualidade, com a oferta cobrindo os municípios de 21 estados da Federação, por meio de 76 instituições públicas de educação superior, das quais 48 federais e 28 estaduais, contando também com a colaboração de 14 universidades comunitárias.

Por meio deste plano, o docente sem formação adequada poderá graduar-se nos cursos de primeira licenciatura, com carga horária de 2.800 horas mais 400 horas de estágio para professores sem graduação, de segunda licenciatura, com carga horária de 800 a 1.200 horas para professores que atuam fora da área de formação e de formação pedagógica, para bacharéis sem licenciatura. Todas as licenciaturas das áreas de conhecimento da educação básica serão ministradas no plano, com cursos nas modalidades presencial e a distância.

Na primeira etapa, os seguintes Estados aderiram: Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins. As demais unidades federativas poderão ainda aderir em etapa posterior, para a formação inicial ou continuada de seus professores.

Nesses Estados, está prevista a oferta de mais de 330 mil vagas, com parte dos cursos tendo início no segundo semestre de 2009 e outras entradas previstas nos anos de 2011. Os cursos serão gratuitos para professores em exercício das escolas públicas. As instituições formadoras que participam do plano receberão recursos adicionais do Ministério da Educação, num montante da ordem de R\$700 milhões até 2011 e R\$1,9 bilhão até 2014.

O professor faz sua inscrição nos cursos por meio de um sistema informatizado feito pelo Ministério da Educação, denominado Plataforma Paulo Freire, onde tem também o seu currículo cadastrado e atualizado. A partir da pré-inscrição dos professores e da oferta de formação pelas IES públicas, as secretarias estaduais e municipais de Educação terão na Plataforma Freire um instrumento de planejamento estratégico, adequando a oferta das IES públicas à demanda dos professores e às necessidades reais das escolas de suas redes. A partir desse planejamento estratégico, as pré-inscrições são submetidas pelas secretarias estaduais e municipais às IES públicas, que procederão à inscrição dos professores nos cursos oferecidos.



A dinâmica de criação dos pólos na Bahia se deu de acordo com o mapa acima. No primeiro edital UAB 19 pólos municipais foram instalados pelo interior baiano. No segundo edital mais 14 pólos estaduais e 11 pólos municipais e no terceiro 12 pólos ainda esperam



credenciamento do MEC que deve se efetivar no primeiro semestre de 2011 apesar da infraestrutura tecnológica já estar montada. A proposta para 2011 será a criação de mais 17 pólos estaduais os quais ainda estão no papel como projeto. Estes atrasos de credenciamento e avaliações estão dando um grande dificuldade na expansão da oferta de vagas pela UAB na Bahia. Fazendo uma pesquisa no site da UAB/CAPES, muitos números não conferem com a realidade da oferta de vagas. Diversos pólos que estão computados como operantes não estão em funcionamento. Isso inviabiliza um pouco a objetividade desta pesquisa na medida em que não se pode ter o número real das vagas e dos cursos disponíveis nos pólos.

A Bahia foi diagnosticada pelo MEC como o Estado de maior demanda de qualificação de nível superior para os docentes da rede pública. Isso quer dizer que a Bahia precisa mais do que os outros Estados de qualificar seus professores que atuam na rede básica de ensino. Neste sentido faz-se uma crítica à UAB como uma política pública de diminuição das desigualdades regionais. Apesar do número de pólos ser maior no nordeste (187) o número de pólos presenciais no sudeste, por exemplo, não é muito menor (155), sem falar na maior estrutura e investimento diferenciado entre estas regiões no que se trata em educação superior. Esta observação está longe de dizer que o sudeste não precisa desta oferta, mas que o nordeste deveria ter uma preocupação em termos de política pública que compense suas debilidades históricas e econômicas.

Estabelecendo uma comparação estatística entre a UAB na Bahia e em São Paulo, por exemplo, os números retratam a desigualdade entre estas regiões está longe de ser diminuída. Enquanto que na Bahia 13 instituições oferecem seus cursos, em São Paulo são 22 instituições. Outro fator importante no quesito democratização do ensino é a variedade de cursos ofertados nos Estados. Enquanto que na Bahia apenas 30 cursos são disponibilizados, em São Paulo são 46 cursos. Além disso, na Bahia a maioria dos cursos somente pôde começar em 2008. Muito poucos cursos foram ofertados em 2007, diferente de São Paulo que desde este ano já vem ofertando os seus. Um último dado e mais importante se refere ao total de vagas disponíveis.

A Bahia tem mais pólos de apoio presencial (44) e a quantidade de cursos oferecidos em andamento é de 228. Estados como São Paulo tem 36 pólos e oferece 189 cursos, o Rio de Janeiro tem 31 pólos com 190 cursos, Rio Grande do Sul 43 pólos com 63 cursos e Minas Gerais 58 pólos e 200 cursos. A Bahia perde para Minas Gerais em número de cursos, além

disso, Estados como São Paulo, Rio Grande do Sul, entre outros têm mais tradição em educação a distância portanto sua infra estrutura tecnológica já estava em atividade e com grande experiência com esta modalidade. As universidades destes Estados já trabalhavam com o ensino a distância a mais tempo do que as universidades baianas. Por isso a UAB como política pública deveria prestar mais atenção a esse contexto e investir mais em estado como a Bahia que tem a maior demanda por profissionalização superior do país.

Quando comparamos os números de vagas a Bahia tem 8036 vagas ofertadas; São Paulo oferta 11653 vagas; o Rio de Janeiro 19210 e Minas Gerais com 14818 vagas. Apesar do grande número de pólos e de cursos oferecidos na Bahia a UAB não cumpre seus objetivos de diminuir as desigualdades regionais de oferta de vagas. Por estes números a Bahia tem uma menor oferta de vagas, portanto sua democratização do ensino superior, em relação aos Estados mais desenvolvidos do Brasil, fica comprometida.

O caso da Universidade Federal da Bahia é fundamental para ser relatado. Na UFBA, uma das únicas instituições federais de ensino na Bahia só teve um edital de oferta de vagas para o curso em licenciatura em matemática oferecendo 500 vagas. Estas vagas só foram oferecidas em 20 de abril de 2009, data da Aula Inaugural do curso distância. Isso representa um atraso para a democratização do ensino superior no Estado uma vez que já se deveria ter uma tradição em ensino a distância, assim como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul que já oferecia 13 cursos a distância antes mesmo de a UAB ser decretada. Isso já demonstra que as regiões mais desenvolvidas do país estão mais estruturadas para aumentar e expandir o ensino superior via EAD. Prova disso, são os números atualizados da situação do curso de matemática da UFBA: de 463 alunos matriculados na chamada de 500 vagas, 301 alunos foram reprovados ou desistiram de continuar. Apenas 162 alunos continuam representando uma evasão de 70% da oferta da única universidade federal na Bahia que oferece vagas pelo sistema UAB.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, o IFBA, ainda não oferece cursos de nível superior na UAB, apesar de ser cadastrado como universidade do sistema. Semelhante situação se encontra a UEFS, Universidade Estadual de Feira de Santana que tem projeto piloto de oferta, ou seja, a primeira experiência em EAD. Como o coordenador da UAB na instituição Prof. José Augusto Luz relata, “o início da política de EAD na UEFS” se faz com a oferta do curso de Letras com habilitação em português e o de

Pedagogia. Os dois cursos ainda serão oferecidos no pólo de Pintadas, pólo este que ainda não foi credenciado pelo MEC e espera, juntamente com mais onze pólos a sua efetivação.

O caso da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) também não é positivo. Apesar do portal da UAB/CAPES demonstrar a existência de doze cursos ofertados em sete pólos de apoio presencial na Bahia, apenas três destes cursos, quais sejam, licenciatura em Física, e dois cursos em Mídias na Educação, um de extensão e outro de especialização são oferecidos pela secretaria de educação do Estado e não pelo sistema UAB. De acordo com a coordenadora da UAB na UESB os cursos ainda estão sem alunos porque há a espera ainda de recursos financeiros a serem repassados do programa para a universidade. Neste caso os cursos em progresso foram iniciados em 2010 ainda sem números catalogados de evadidos. Mais um problema para a democratização do ensino superior no Estado via modalidade a distância.

A situação melhor em termos de representação institucional baiana na universidade aberta do Brasil pertence a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). A primeira, UNEB, apesar de ter uma tradição melhor e mais prolongada na Bahia em relação às outras instituições, sofre com um baixo índice de matrículas no momento atual, passados 2 anos de iniciados os cursos de graduação e pós graduação. Cursos como História, Matemática e Química que iniciaram seus cursos em 2009 mantém índices de matrícula baixíssimos como 37 matriculados em Barreiras, 16 em Rafael Jambeiro e 21 em Jacarací. Estes cursos já tiveram mais de uma chamada, portanto deveria-se esperar uns índices mais altos sendo que os vestibulares em graduação normalmente são de 50 vagas. Os outros cursos iniciaram em 2010 e não tiveram a segunda chamada de vestibular.

O curso de Administração tem mais condições de oferta de vagas no interior baiano. O curso piloto financiado também pelo Banco do Brasil ocupa vagas para os seus funcionários oferece em 12 pólos este curso sendo somente para Salvador 200 vagas oferecidas. Apenas Barreiras e Vitória da Conquista demonstram um índice baixo de matriculados 17 e 15 respectivamente. O financiamento privado e a presença dos próprios funcionários do banco são fatores para indicar a baixa evasão e desistência do curso. Neste caso pode se explicar o porquê do equilíbrio no índice de matriculados na maioria dos cursos.

Tabela n. 3 Curso de História da UNEB/UAB

Pólo	Matriculados
Barreiras	37
Brumado	49
Rafael Jambeiro	16
Jacarací	21
Jequié	50
Valença	48

Fonte: sistema interno UNEB/PUSAI

Tabela n. 4 Curso de Matemática da UNEB/UAB

Pólo	Matriculados
Barreiras	21
Brumado	26
Rafael Jambeiro	22
Jacarací	21
Jequié	25
Valença	31

Fonte: sistema interno UNEB/PUSAI

Tabela n. 5 Curso de Química da UNEB/UAB

Pólo	Matriculados
Alagoinhas	22
Brumado	28
Remanso	33
Irecê	14
Itaberaba	20
Valença	33

Fonte: sistema interno UNEB/PUSAI

Os cursos de pós graduação não são tão preocupantes mesmo porque tem um índice de rotatividade alta por causa do seu período curto (um ano para a especialização). Isso significa que muitos alunos e professores já são formados por estes cursos divididos em: Especialização em EAD; Gestão Pública Municipal; Gestão em Saúde e Gestão pública. Apenas Itaberaba, Ipujiara; Bom Jesus da Lapa e Mundo novo apresentam baixo índice de matriculas 15; 06; 11 e 17 respectivamente.

Tabela n. 6 Curso de Gestão Pública Municipal da UNEB/UAB

Pólo	Matriculados
Bom Jesus da Lapa	11
Brumado	22
Ibotirama	24
Jequié	28
Lauro de Freitas	26
Mundo Novo	38

Fonte: sistema interno UNEB/PUSAI

Tabela n. 7 Curso de Gestão em Saúde da UNEB/UAB

Pólo	Matriculados
Camaçari	41
Brumado	37
Ibotirama	37
Ipupiara	06
Itanhém	39
Senhor do Bonfim	38

Fonte: sistema interno UNEB/PUSAI

Tabela n. 8 Curso de Gestão Pública da UNEB/UAB

Pólo	Matriculados
Camaçari	41
Brumado	38
Ibotirama	32
Itamarajú	40
jequié	39
Mundo Novo	17

Fonte: sistema interno UNEB/PUSAI

A UESC que também se encontra em situação melhor em relação às universidades estaduais baianas oferece atualmente quatro licenciaturas: Letras que está presente em 11 pólos de 50 vagas cada cidade. Teve 514 matriculados e 121 evadidos totalizando atualmente 393 estudando; o curso de Pedagogia está em 11 pólos e cada um ofereceu 50 vagas. Os matriculados foram 416 com 85 evasões. Hoje são 331 cursando; Biologia atua em 12 pólos cada um com 35 vagas. Foram 308 matrículas e apenas 08 evadidos; o curso de Física está em 8 pólos com 35 vagas cada. Foram 168 matriculados, 88 evadidos e 88 cursando atualmente. Estes cursos tiveram apenas uma chamada de vestibular em dezembro de 2008.

O curso de Geografia não oferece atualmente vagas em nenhum pólo apesar de ser demonstrado no portal da UAB/CAPES. Três cursos de extensão e um de aperfeiçoamento também não começaram suas atividades. Um mestrado profissional em matemática está prestes a começar.

O balanço de evasão da UESC não demonstra problemas gerais. Os índices demonstrados, apesar de serem consideráveis atestam um problema existente na realidade

atual da educação a distância no território baiano. O ideal seria se estes cursos oferecidos na Bahia pelo sistema UAB tivessem chamadas anuais para o vestibular. Isso elevaria a oferta e equilibraria a demanda por qualificação de nível superior na região interiorana do Estado.

Diante apenas deste balanço da situação das instituições baianas que oferecem cursos pelo sistema UAB na Bahia, já se percebe a sua debilidade como política pública. A Bahia, um dos Estados menos desenvolvidos do país e mais carente em qualificação profissional na sua rede básica de ensino público não se impõe como potência política na luta de seu desenvolvimento interno diante dos outros Estados brasileiros. O contexto de desigualdade política e econômica do país complica ainda mais a realidade dos outros Estados que necessitam de mais investimento em educação e infra-estrutura. Tanto o ínfimo capital político que o Estado baiano tem em relação aos da região Centro-Sul, quanto a distante desigualdade infra-estrutural e de recursos humanos operando nestes Estados impossibilitam de que políticas públicas como a UAB não consigam alcançar objetivos básicos pretendidos enquanto uma política de Estado. A camada social que também tem capital político e de barganha diante da máquina política na medida em que pode protestar e manter movimentos sociais para reverter problemas relativos às políticas públicas. No entanto, esta possibilidade não acontece no caso da UAB, a sociedade ainda não conhece as debilidades do sistema e se iludem com a propaganda ideológica do desenvolvimento através das tecnologias da informação e comunicação.



## **Conclusões.**

A título de conclusão desta pesquisa irão ser reforçadas discussões importantes sobre as TIC e as políticas públicas e também trazer algumas considerações sobre a análise dos dados apurados ao longo destes dois anos de mestrado. Se o tempo de pesquisa fosse maior, alguns dados importantes como os índices de concluintes dos cursos da UAB seriam computados e se chegaria a resultados mais objetivos. Além disso, a pesquisa teria um sentido mais conclusivo ao que foi proposto no projeto de pesquisa. No entanto, o trabalho aqui se encerra com relativa importância acadêmica, necessitando continuar futuramente em forma de tese de doutoramento.

A internet surge como ferramenta tecnológica para a nova era (século XXI). Ela encaixa-se perfeitamente na ideia de flexibilidade e da fluidez próprios da sociedade contemporânea onde os laços sociais não são como nas épocas passadas. A conexão em rede tem aproximado distâncias e acelerado o tempo devido à multiplicação da circulação das informações. Há então o conceito de “Sociedade do Conhecimento” onde a qualificação profissional é primordial para o desenvolvimento nacional dos países emergentes.

Na contemporaneidade, a relação entre democracia e meios de comunicação é de fundamental importância. A comunicação agora possibilita e instrumentaliza o exercício democrático mundial, dando visibilidade aos assuntos de interesse público, permitindo o embate de opiniões e tornando concreta a participação no poder por sujeitos sociais (indivíduos ou grupos) que antes não teriam esta possibilidade. O controle da comunicação digital torna-se vital para ditar as possibilidades de desenvolvimento e de inclusão social. Em outros termos, a inclusão digital é requisito para a democracia, pelo menos no que tange ao novo espírito democrático e pelas próprias necessidades sociais exigidas nas novas relações econômicas.

As tecnologia da informação e comunicação representam um avanço técnico na vida da sociedade contemporânea. O uso delas significa hoje em dia não só estreitar relações sociais com diferentes grupos no globo terrestre, mas mais além, garante uma inclusão social nesta Sociedade do Conhecimento. As TIC em tese têm condições de sanar problemas estruturais e históricos como o da democratização do ensino superior sua importância em

tempos atuais, portanto, se torna clara. Manter um país no regime neoliberal sem domínio nas técnicas da informação é programar seu subdesenvolvimento diante das outras nações competidoras.

A “Sociedade do Conhecimento” é produto também da chamada Revolução Informacional. Como dito nos capítulos anteriores esta revolução tornou a sociedade mundial tecno-dependente, ou seja, todas as relações sociais, políticas e econômicas dependem de alguma forma ou totalmente de meios tecnológicos da informação e comunicação. No setor da educação a EAD cresceu como ferramenta ideal para se adaptar às novas exigências sociais da Contemporaneidade. A Educação a Distância, representa outro padrão cultural, relativamente novo, emergente onde a comunicação é mediada por computadores conectados em rede e promete mudar as ações de ensinar e aprender para uma forma colaborativa.

A pesar de antiga, a educação a distância, em sua versão digital com as tecnologias de comunicação e telecomunicações, ampliou ainda mais o alcance e as possibilidades deste tipo de ensino. Em todos os continentes do globo a EAD participa de forma importante no desenvolvimento social e da democracia. Todos os Estados nacionais investem suas políticas nesta modalidade de ensino, a exemplo da China, Rússia, Venezuela, Espanha e Índia. Ao correr da história, o desenvolvimento das tecnologias da informação proporcionou novas possibilidades educacionais em todo o globo terrestre. A educação a distância tem expandido tanto pelo investimento direto do setor privado como também através de políticas de Estado.

A crescente complexidade na sociedade contemporânea devido a contínuas sofisticções da tecno-ciência e do conhecimento humano fez migrar os pólos difusores de informação dos centros de comunicação em massa para todo e qualquer individuo que esteja conectado a rede virtual. Os avanços tecno-científicos eclodiram a evolução e a necessidade social da EAD. No momento em que se tornou online, a EAD ganha grande relevância social. As informações “localizadas” em rede têm valor pedagógico e, por isso, se configura como uma boa ferramenta para democratizar o conhecimento científico e cultural. A educação sem EAD será uma educação incompleta.

A aprendizagem colaborativa pode ser importante porque é feita entre iguais, ou seja, o conhecimento é gerado a partir dos próprios alunos. Isso já garante a proposta pedagógica de deslocar o professor do centro hierárquico da difusão do conhecimento atestando uma metodologia pedagógica construtivista. A palavra de ordem da EAD é a interatividade,

diferente da modalidade presencial, que tem uma tradição de ser monolítica e unidirecional. Ao que se aparenta, a educação vai convergir tecnologias compatíveis à diversas camadas econômicas e, por conseguinte democratizar o acesso à informação.

No Brasil, a EAD se desenvolve consideravelmente. Embora as políticas públicas em um passado próximo não contribuíssem muito para sua importância social, agora se vislumbra uma era de ricos investimentos econômicos para a modalidade de ensino. Muitos programas usaram a educação a distância na esperança de democratizar o acesso ao ensino principalmente em áreas fora das capitais. A Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) vem colaborando com o desenvolvimento da EAD no país promovendo a articulação entre profissionais e instituições de diferentes nações.

Nesta perspectiva expansiva da EAD no Brasil é que em 2006 o Decreto presidencial 5.800 sanciona a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Com os objetivos de formar professores no interior, a UAB tem o Ensino a Distância como sua ferramenta principal. Foi preciso expandir o acesso à internet banda larga em muitos municípios do país para criar novas vagas de nível superior. A capacidade de promover a interiorização do ensino público é uma das facetas mais marcantes da UAB.

Constituído por parcerias entre consórcios públicos nos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal), a UAB espera alcançar a totalidade de instituições públicas até 2013 e atender mais de 800 mil alunos. Com esses números, a UAB, além de oferecer cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada dos professores da educação básica, vai ofertar cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica; cursos nas diferentes áreas do conhecimento. Uma das preocupações é a redução das desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões e o fomento ao desenvolvimento institucional para a modalidade EAD nas instituições menos experientes.

A história do sistema do ensino superior brasileiro foi pautado na exclusão do grande contingente de jovens com idade entre 18 a 24 anos. Ainda hoje, atende-se apenas uma população, de apenas, um pouco mais de 13% desses jovens. Diante dessa realidade, a UAB não pode ser mais abrangente e eficaz no quesito da democratização do ensino superior porque tem demanda ainda resolver estes problemas históricos de déficits educacionais no Brasil como um todo. Ao invés de expandir as vagas para os jovens de idade entre 18 e 24

anos, a UAB tem que se preocupar com uma grande demanda de profissionais da educação básica que não tiveram suas graduações iniciadas ou concluídas. Por isso a eficácia do programa fica comprometida na medida em que os problemas históricos do Brasil devem ser resolvidos ao mesmo tempo que tem de promover a democratização do ensino superior para as outras demandas sociais.

Com a UAB, o sistema de ensino superior brasileiro foi ampliado, possibilitando o uso de tecnologias de informação e comunicação, materiais didáticos e redução de tempo e de recursos. Além disso, promete também a capacitação de pessoal em locais onde o acesso a educação superior seria impossível, em função do alto investimento de implantação de novas universidades.

Em 2007, o Sistema Universidade Aberta do Brasil migrou para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) através da Lei 11.502/07 e do Decreto 6.316/07. Este processo ainda acompanha problemas de institucionalização da UAB mostrando debilidades para concretizar seus ideais de democratização do ensino. Mesmo com sua potencialidade de desterritorializar o ensino e expandir seus limites territoriais, esta política de Estado deve pesquisar as condições sociais econômicas das comunidades envolvidas e as demandas que cada região necessita. Não adianta oferecer os cursos para muitas regiões e os alunos não permanecerem no curso. A expansão quantitativa deve ser cautelosa.

Como retratado no último capítulo e decisivo para o fechamento da pesquisa, o caso da Bahia vem a demonstrar debilidades das políticas de democratização via UAB. Não só os problemas tecnológicos de infra-estrutura e as dificuldades de inserção digital das populações interioranas, mas um desvio em termos de políticas públicas em não expandir mais as ofertas nas regiões menos desenvolvidas do país.

O Brasil necessita investir suas políticas públicas em ciência e tecnologia e equipar seu território com essa infra-estrutura de ponta, além de qualificar sua população no uso criativo destas ferramentas. Com a Universidade Aberta, o país tem a chance de usar a força social e política das tecnologias digitais para desenvolver mais ainda sua população através da democratização do ensino superior. No entanto, diversas falhas se encontraram quando se investigou especificamente o Estado da Bahia. Os índices de democratização ainda são precários em relação a regiões mais desenvolvidas. Isso se deve muito ao contexto em que o

Estado baiano se encontra em relação aos outros Estados, ou seja, a Bahia não tem poder de barganha em relação a eles.

Quando se trata de políticas públicas, muitos interesses econômicos, políticos e sociais estão em conflito. Os grupos sociais mais influentes e poderosos lutam para manterem a ordem estabelecida e outros grupos emergentes e pertencentes às camadas sociais menos favorecidas também estão no âmbito das disputas neste nível. No caso da UAB, o Estado baiano está em desvantagem em relação a Estados historicamente mais importantes e economicamente mais ricos, logo as políticas públicas tendem privilegiar mais a região centro-oeste do país. Para reverter esta situação a Bahia, enquanto Estado, deveria usar seu capital político para reivindicar mais assistência do poder público na oferta de vagas de nível superior. No entanto não se vê nenhuma forma de contestação desse tipo no caso da UAB na Bahia.

A Bahia foi diagnosticada pelo MEC como o Estado de maior demanda de qualificação de nível superior para os docentes da rede pública baiana. Isso quer dizer que a Bahia precisa mais do que outros Estados de qualificar seus professores que atuam na rede básica de ensino. Apesar disso, diversos números trazidos no último capítulo desta dissertação demonstram que outros Estados mais desenvolvidos oferecem mais vagas, têm mais instituições que oferecem cursos a distância, a variedade dos cursos é maior e as aulas começaram antes dos cursos oferecidos na Bahia.

Com as referências dos números específicos de cada instituição baiana, vê-se que o resultado, até agora, do sistema UAB na Bahia ainda deixa a desejar. Esses resultados já eram esperados quando se discutia a teoria porque as sociedades interioranas dos Estados menos desenvolvidos têm relativa dificuldade de se incluir digitalmente e usar as tecnologias da informação e comunicação. O que era de se esperar do Estado brasileiro seria um conjunto de políticas que equilibrasse essas debilidades sociais e efetivasse uma maior democratização da educação superior no Estado da Bahia. No entanto, se percebe que as possibilidades que a UAB pode oferecer estão esbarrando nos limites que a realidade impõe a este estado carente por qualificação de terceiro grau de ensino. Muito há que se trabalhar sobre isso e muito há de se esperar desta política pública que tem condições de transformar a realidade do Brasil que ainda tropeça em sua história de exclusão social da educação.

## Referências:

ABBAD, Gardênia; CARVALHO, Renata S.; ZERBINI, Thaís. Evasão em curso via internet: explorando variáveis explicativas. RAE-eletrônica, vol. 5, no. 2, art. 17, jul./set. 2006. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=3652&Secao=ARTIGOS&Volume=5&Numero=2&Ano=2006>> (acessado em: 16/10/2008)

**Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância ABRAEAD**, 2007. Coordenação: Fábio Sanchez. -- 3. ed. -- São Paulo : Instituto Monitor, 2007.

ALVES, Gilson et al. Educação e novas tecnologias: encontros possíveis no contexto das atuais políticas públicas. In: ARAÚJO, Bohumila e FREITAS, Kátia Siqueira de. (coords). **Educação a Distância no contexto brasileiro: experiências em Formação Inicial e Formação Continuada**. Salvador: ISP/UFBA, 2007.

ALVES, João Roberto Moreira. A história da EAD no Brasil. IN: LITTO, Frederic, FORMIGA, Marcos (orgs.). **Educação a distância: O estado da Arte**. Ed: ABEB, 2009.

ARAÚJO, Bohumila. Universidade Aberta do Brasil. In: ARAÚJO, Bohumila e FREITAS, Kátia Siqueira de. (coords). **Educação a Distância no contexto brasileiro: experiências em Formação Inicial e Formação Continuada**. Salvador: ISP/UFBA, 2007.

ARETIO, Lorenzo García. **La educación a distancia: de la teoría a la práctica**. 2. ed. Madrid: Ariel, 2002.

BARBERÀ, Elena (Org.); et al. **Educación abierta y a distancia**. Barcelona: UOC, 2006.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. 3. ed. Campinas : Autores Associados, 2003. (Coleção educação contemporânea)

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: **Marcos Legais**. Brasília: PRASEM, 1999.

\_\_\_\_\_. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância**. Disponível em <[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)> Acesso em 20 de agosto de 2008.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Disponível em <[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)> Acesso em 20 de novembro de 2007.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional da Educação. Apresentação: Vital Didonet. Brasília: Editora Plano, 2000.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm)> Acesso em: abr. 2009.

BULCÃO, Renato. Aprendizagem por m-learning. IN: LITTO, Frederic, FORMIGA, Marcos (orgs.). **Educação a distância: O estado da Arte**. Ed: ABEB, 2009.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação: A Ciência, a Sociedade e a Cultura Emergente**. 25. ed. São Paulo: Cultrix, 1982. 447 p.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

\_\_\_\_\_, Manuel. **A Sociedade em Rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617 p.

CASTRO, J. A.; CORBUCCI, P. R.. (2004) Subsídios para o debate sobre o financiamento da educação superior no Brasil. **Políticas sociais – acompanhamento e análise**. Brasília: IPEA, v. 8, p. 148-153.

CAZELOTO, Edilson. Apontamentos sobre a noção de democracia na internet. IN: TRIVINHO Eugênio, CAZELOTO, Edilson (orgs.). **A cibercultura e seu espelho [recurso eletrônico]: campo de conhecimento emergente e nova vivência humana na era da imersão interativa** / São Paulo : ABCiber ; Instituto Itau Cultural, 2009. 166 p.

\_\_\_\_\_, Edilson. **A ideia de democracia nas políticas de disseminação da Internet: uma análise do “Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil”**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica). Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

CAVALCANTI, Alberes de Siqueira. **O Barateamento da Educação: Uma Abordagem Sobre a Tutoria no Contexto da Resolução FNDE Nº. 26/2009**. Anais do 9º Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância (ESuD) em 2009.

CHAUÍ, Marilena. Universidade em ruínas. In: TRINDADE, Hégio (org.) **Universidade em ruínas: na República dos professores**, RJ & RS, p. 211-223, 2001.

\_\_\_\_\_. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Rev. Bras. Educ. no.24 Rio de Janeiro Sept./Dec. 2003

COSTA. Abimael J. B. **Custo aluno do sistema universidade aberta do Brasil: o caso da universidade de Brasília**. Anais do 9º Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância (ESuD) em 2009.

COSTA, Celso. Panorama da Universidade Aberta do Brasil. Fórum de coordenadores. Maceió, 18 a 20 de mar. 2009. **Palestra...** Maceió, 2009.

CUNHA, Maria Couto. **A dinâmica e os fatores condicionantes da criação de cursos da educação superior no Estado da Bahia**. 2002. 202 f. Tese. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

FAVERO, R. V. **Dialogar ou evadir: eis a questão! Um estudo sobre a permanência e a evasão na educação a distância**. Dissertação (Mestrado em Psicopedagogia). Programa de Pós-graduação em Educação. Porto Alegre, 2006.

FAVERO, R. V.; FRANCO, S. R. **Um estudo sobre a permanência e a evasão na educação a distância**. *Novas tecnologias*, CINTED-UFRGS, v.4, n.2, dez. 2008.

FELIPE, Domingos Sávio Soares. **SBTVD: uma oportunidade para fortalecimento e complementação das atividades do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB**. Anais do 9º Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância (ESuD) em 2009.

FIALHO, Nádya Hage. Universidades estaduais da Bahia. In: **Caderno de Pesquisa *Esse in Curso***. Universidade do Estado da Bahia/ Departamento de Educação/Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEduc, v2, n. 2 (jun. 2004).

FOLHA DE SÃO PAULO. **Má escolha é a maior causa da evasão**. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u17930.shtml>>. Acesso em 12 out. 2008.

FOLHA ONLINE. **Tempo do brasileiro na internet aumenta em mais de 3 horas em um ano**. 2007. <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u21706.shtml>> Acesso em 2/7/2010

FORMIGA, Marcos. A terminologia da EAD. IN: LITTO, Frederic, FORMIGA, Marcos (orgs.). **Educação a distância: O estado da Arte**. Ed: ABEB, 2009.

GATTI, B. A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil na última década. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, jan/abr. 2008.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

HABERMAS, Jurgen. **Técnica e ciência como "ideologia"**. Lisboa: Edições 70, c1968. 147 p.

HADDAD, F. Prefácio. In: **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (Org.). Desafios da educação a distância na formação de professores**. Brasília, DF: SEED, 2006. p.7-9.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**, São Paulo, Loyola, 1993.

HETKOWSKI, Tânia, DIAS NASCIMENTO, Antônio (org). **Educação e Contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas**. Salvador: EDUFBA, 2009.



JAMBEIRO, Othon. Os pilares estruturais das comunicações contemporâneas. IN: TRIVINHO Eugênio, CAZELOTO, Edilson (orgs.). **A cibercultura e seu espelho [recurso eletrônico]: campo de conhecimento emergente e nova vivência humana na era da imersão interativa** / São Paulo : ABCiber ; Instituto Itaú Cultural, 2009. 166 p.

KEEGAN, D. **Theoretical Principles of Distance Education**. London: Routledge, p. 22-38, 1993. Disponível em: <http://www.abed.org.br/publique> Acesso em: out. 2008.

KUBOTA, L. C.; TRACTENBERG, L.; BARBASTEFANO, R. G. **Avaliação da qualidade percebida em cursos à distância: o caso do FGV Online**. In: 11º Congresso Internacional de Educação à distância, 2004, Salvador.

LEMOS, André. **O imaginário da cibercultura: entre neo-luddismo, tecno-utopia, tecnorealismo e tecnosurrealismo**. Disponível: [www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/imaginario.htm](http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/imaginario.htm) Acesso em 02/07/2010.

\_\_\_\_\_, André. Cibercultura como território recombinate. IN: TRIVINHO Eugênio, CAZELOTO, Edilson (orgs.). **A cibercultura e seu espelho [recurso eletrônico]: campo de conhecimento emergente e nova vivência humana na era da imersão interativa** / São Paulo : ABCiber ; Instituto Itaú Cultural, 2009. 166 p.

LEVY, PIERRE. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 2. ed. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 1999.

\_\_\_\_\_, Pierre. **Ciberdémocratie: essai de philosophie politique**. Paris: Odile Jacob, 2002

\_\_\_\_\_, Pierre. **Cybercultura**. São Paulo: 34, 1999

\_\_\_\_\_, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: Ed. 34, 1996. 160 p

\_\_\_\_\_, Pierre, **A conexão planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência**. Tradução de Maria Lúcia Homem e Ronaldo Entler. São Paulo: Ed. 34, 2001. 192 p.

LIBÂNIO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira de, TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA JUNIOR, A. S. **Tecnologias Inteligentes e Educação: currículo hipertextual**. Rio de Janeiro: Quartet, 2005. 222 p.

LIRA, Luiz Alberto Rocha de, NUNES, Bruno Teles. **A Política de Formação Por Meio da Educação à Distância: Uma análise sobre os aspectos quantitativos e qualitativos do processo**. 7ª Mostra Acadêmica UNIMEP. Disponível em <<http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/7mostra/5/148.pdf>> Acesso em 07 de julho de 2010.

LITTO, Frederic, FORMIGA, Marcos (orgs.). **Educação a distância: O estado da Arte**. Ed: ABEB, 2009.

LYOTARD. **A Condição Pós-Moderna**, 2ª ed., trad. de Bragança de Miranda, Gradiva, Lisboa, 1989.

MAIA, M. C.; MEIRELLES, F. S. Educação a distância e o ensino superior no Brasil. **Revista brasileira de aprendizagem aberta e a distância**, São Paulo, dez. 2003.

MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. A EAD nos países de língua portuguesa. IN: LITTO, Frederic, FORMIGA, Marcos (orgs.). **Educação a distância: O estado da Arte**. Ed: ABEB, 2009.

MEC. Notícias relacionadas, dez. 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seed/index.php?option=com\\_content&task=view&id=9692&inter](http://portal.mec.gov.br/seed/index.php?option=com_content&task=view&id=9692&inter)> Acesso em: out. 2008.

MENDES, Carlos O. S.; et al. **A Influência da Afetividade na EAD como Fator de Contribuição para Redução da Evasão**. Anais do 9º Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância (ESuD) em 2009.

MENDONÇA, A. **Docência online: a virtualização do ensino**. Congresso Abed 2007, mai. 2007. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2007/tc/552007112719PM.pdf>> Acesso em: out. 2008.

MENDONÇA, Márcia Helena, (2009) Fundamentos e Políticas de EAD, In **Curso de Capacitação de Tutores em EaD**, Núcleo de Educação a Distância, UFPR.

MINTO, Lalo Watanabe. **As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Coleção Educação Contemporânea).

MIRANDA, Antonio. **Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos**. Ci. Inf. vol.29 n.2 Brasília May/Aug. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 02/07/2010

MOORE, M; KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Thompson, 2007.

MORAN, J. M. (2007) TV Digital e integração com outras mídias, In: **Boletim 23 - Mídias Digitais – Salto para o Futuro**, Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2007/md/index.htm>, Acesso em 06 de agosto de 2009.

MOTA, R. (2007). Objetivos Sociais, Culturais e Educacionais da TV Digital. In: **Seminário Internacional: TV Digital, Futuro e Cidadania (Câmara dos Deputados)**, Brasília-DF. TV Digital, v. 1. p. 42-45.

NEDER, M. L. C. A educação a distância e a formação de professores: possibilidades de mudança paradigmática. In: PRETI, Oresti (Org.). **Educação a Distância: sobre discursos e práticas**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005. p. 47-87.

NISKIER, Arnaldo. Os aspectos culturais e a EAD. IN: LITTO, Frederic, FORMIGA, Marcos (orgs.). **Educação a distância: O estado da Arte**. Ed: ABEB, 2009.

NUNES, Ivônio Barros. A história da EAD no mundo. IN: LITTO, Frederic, FORMIGA, Marcos (orgs.). **Educação a distância: O estado da Arte**. Ed: ABEB, 2009.

PINTO, José Marcelino de Rezende. O acesso à educação superior no Brasil. In: **Educação & Sociedade** 88, v. 25. São Paulo: Cortez; Campinas, CEDES, 2004.

PEREIRA, Fernanda C. B. **Determinantes da evasão de alunos e os custos ocultos para as Instituições de Ensino Superior**. 2003. 172f. (Doutorado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

PETERS, Otto. **Didática do ensino a distância**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2001.

PRETI, Oreste. Educação a distância e globalização: desafios e tendências. IN. **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v.79, n.191, p.19-30, jan./abr. 1998.

QUEIROZ, Madeleine Piana de Miranda. **Qualidade X Quantidade: Um desenho do discurso dicotômico na Universidade Aberta do Brasil**. Anais do 9º Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância (ESuD) em 2009.

RIBAS, M. **Educação a distância**. Disponível em: <[http://www.virtual.pucminas.br/cefor/conteudo/rede/boletim/Boletim\\_especial\\_n00.htm](http://www.virtual.pucminas.br/cefor/conteudo/rede/boletim/Boletim_especial_n00.htm)> Acesso em: out. 2008.

RODRIGUES JR, José Carlos Belo. As possibilidades interativas do espaço virtual no contexto da educação a distância, IN: SERRA, Antonio Roberto Coelho. **Por uma educação sem distância: recortes da realidade brasileira** / Antonio Roberto Coelho Serra, João Augusto Ramos e Silva (orgs.). São Luís : Eduema, 2008.

SANCHEZ, Fábio Coord. **Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância (ABRAEAD)**, 2008: -- 4. ed. -- São Paulo : Instituto Monitor, 2008

SANTOS, Boa Ventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 6. Ed, São Paulo : Cortez, 1999.

SANTOS, Fabiano Cunha dos. **Contexto contemporâneo neoliberal e a educação superior no Brasil: uma avaliação das políticas públicas do período FHC (1995 – 2002) e da primeira gestão de Lula (2003 – 2006)**. 2007. 77 f. Monografia (Graduação) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, Salvador, 2007.

SCHAFF, Adam. **A Sociedade Informática**. Brasil, 1990, Editora Brasiliense

SEGENREICH, S.C.D. **Desafios da educação a distância ao sistema de educação superior: novas reflexões sobre o papel da avaliação**. Educar em Revista. Curitiba: UFPR, n. 28, p. 161-177, jul./ dez. 2006.

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. **ProUni e UAB como estratégias de EAD na expansão do Ensino Superior**. Pro-Posições, Campinas, v. 20, n. 2 (59), p. 205-222, maio/ago. 2009 Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v20n2/v20n2a13.pdf>> Acesso em 31/08/2010.

SILVA, Maria A. da et. al. **Perfil dos Alunos Versus Fatores e Motivos Determinantes Para a Evasão do Curso de Administração, das Modalidades: Presencial e a Distância**. Anais do 9º Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância (ESuD) em 2009.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Inclusão digital, software livre e globalização contrahegemônica. In: -----; CASSINO, João. **Software livre e inclusão digital**. São Paulo: Conrad, 2003.

TAVARES, M. das G. M.; RAMALHO, R. Universidade Federal de Alagoas: um processo inovador de interiorização e democratização da educação superior. In: **SEMINÁRIO NACIONAL UNIVERSITAS/BR: Educação Superior no Brasil e diversidades regionais**, 14, 2007.

TRIVINHO Eugênio, CAZELOTO, Edilson (orgs.). **A cibercultura e seu espelho [recurso eletrônico]: campo de conhecimento emergente e nova vivência humana na era da imersão interativa** / São Paulo : ABCiber ; Instituto Itaú Cultural, 2009. 166 p.

UAB (Universidade Aberta do Brasil). **Sobre a UAB**. Disponível em: <<http://uab.capes.gov.br>> Acesso em: jan. 2009.

\_\_\_\_\_. **Pesquisas UAB, o que você deseja consultar?** Disponível em: <<http://uab.capes.gov.br/index.php>> Acesso em: mar. 2009b.

\_\_\_\_\_. **Curso piloto, publicação dos editais**. Disponível em: <<http://mecsrv70.mec.gov.br/webuab/cursopiloto.php>> Acesso em: ago. 2008.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política educacional em tempos de transição (1985 – 1995)**. Brasília: Plano, 2000.

VILLARDI, Raquel. **Tecnologia na educação: uma perspectiva sócio-interacionista**. / Raquel Villardi & Eloíza Gomes de Oliveira. – Rio de Janeiro : Dunya, 2005.

VITAL, Juliana T.; et al. **Indicadores de desempenho na educação a distância**. Anais do 9º Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância (ESuD) em 2009.

WERTHEIN, Jorge. **A sociedade da informação e seus desafios** Ci. Inf., Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ci/v29n2/a09v29n2.pdf>. Acesso em: 02/07/2010.

XENOS, Michaelis; PIERRAKEAS, Christos; PINTELAS, Panagiotis. **A survey on student dropout rates and dropout causes concerning the students in the Course of Informatics of the Hellenic Open University**. Computers & Education, v. 39, n. 4, p. 361-377, 2002.

ZUIN, A. A. S. Educação a Distância ou Educação Distante? O Programa Universidade Aberta do Brasil, o tutor e o professor virtual. In: **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 27, nº 96, out./2006, p. 935-954.